

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável

Rita Taveira Luís

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha
Professora Auxiliar do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável

Rita Taveira Luís

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha
Professora Auxiliar do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020

***“You are personally responsible for becoming more ethical
than the society you grew up in.”***

— Eliezer Yudkowsky

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à Professora Doutora Helena Rocha por todo o apoio prestado ao longo do percurso de construção desta dissertação, por ter sido uma fonte de motivação ao longo da elaboração do estudo, pelas longas horas de tutoria que despendeu para me apoiar na elaboração do trabalho e por partilhar comigo a visão sobre o tema.

Um agradecimento também à Professora Doutora Maria Inês Amaro com quem foi iniciado este percurso e que, por terem surgido alguns constrangimentos, não pode prosseguir com a orientação do trabalho, os contributos dados ajudaram a traçar o rumo do estudo.

Agradeço ainda a toda a equipa de professores de Serviço Social do Iscte, com quem aprendi muito do que sei sobre a profissão e disciplina académica e que incentivam o sentido crítico, desafiando os estudantes a pensar a profissão no seu todo.

Deixo um agradecimento a todos aqueles que responderam e partilharam o inquérito construído como instrumento de recolha de dados da presente dissertação. Sem eles não teria sido possível a conclusão do estudo.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais que sempre apoiaram e incentivaram as escolhas que tenho vindo a fazer em termos académicos, e ao meu irmão por ter ouvido todos os meus dilemas, por ter me ajudado em algumas das fases do processo e até pela pressão que me fez sentir durante os últimos meses.

Agradeço ainda a todos os meus amigos e, em especial, àquelas que fiz no meu percurso académico e que têm partilhado comigo os últimos cinco anos. Sem elas este percurso teria sido muito mais solitário. Obrigada por me terem ouvido e compreendido todas as minhas dificuldades e dilemas que apenas podem ser assimilados por quem se encontra na mesma fase.

Por último, um agradecimento de especial importância ao Gonçalo, por ser das pessoas que mais me inspira, desafia e incentiva a tentar ser mais e melhor. És sem dúvida um exemplo de que o esforço e dedicação compensam, obrigada por partilhares comigo uma visão do mundo e por todos os momentos em que não me deixaste desistir.

Resumo

O Desenvolvimento Sustentável toma-se como a única forma de garantir o equilíbrio entre os limites naturais do planeta Terra e as necessidades dos seres humanos numa integração entre as dimensões económica, social e ambiental. A estratégia global traçada pela Agenda 2030 pressupõe que todos os setores da sociedade devem contribuir para este objetivo global. Sendo o Serviço Social uma profissão movida por pelos direitos humanos e pela justiça social, é inevitável que tome parte na prossecução da sustentabilidade na sua ação profissional com as populações com quem intervém. Torna-se assim pertinente compreender onde é que o Serviço Social e o Desenvolvimento Sustentável se cruzam e como é que a profissão contribui ou pode contribuir para a prossecução deste objetivo global.

No presente estudo, de natureza exploratória, recorreremos a inquéritos por questionário (pela plataforma Microsoft Forms) para perceber qual a perceção dos assistentes sociais sobre o Desenvolvimento Sustentável na sua ação profissional. Com a análise descritiva e discussão dos resultados compreende-se que os profissionais entendem que a profissão pode contribuir para o Desenvolvimento Sustentável e, nalguns casos, até já o faz no que se refere à dimensão social. No entanto, existem dificuldades na operacionalização de uma prática que integre todas as dimensões da sustentabilidade, nomeadamente nas questões ambientais. O contributo do presente estudo fixa-se na descrição das perceções dos assistentes sociais sobre o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030, deixando questões pertinentes para exploração futura.

Palavras-Chave: Serviço Social, Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030.

Abstract

Sustainable Development is taken as the only way to guarantee the balance between the natural limits of the planet Earth and the needs of human beings in an integration between the economic, social and environmental dimensions. The global strategy outlined by Agenda 2030 assumes that all sectors of society must contribute to this global objective. Since Social Work is a profession driven by human rights and social justice, it is inevitable that it will take part in the pursuit of sustainability in its professional action with the populations with whom social workers intervene. Therefore, the goal of this study is to understand where Social Work and Sustainable Development intersect and how the profession contributes or can contribute to the achievement of this global objective.

In the present study, of an exploratory nature, we used a survey (thru Microsoft Forms platform) to understand the perception of social workers about Sustainable Development in their professional activities. With the descriptive analysis and discussion of the results, it is understood that social workers recognize that the profession may contribute to Sustainable Development and, in some cases, even already does so regarding the social dimension. However, there are difficulties in operationalizing a practice that integrates all dimensions of sustainability, namely the environmental facet of the concept. The contribution of the present study is based on the description of the social workers' perceptions about Sustainable Development and the 2030 Agenda, leaving relevant questions for future exploration.

Keywords: Social Work, Sustainable Development, 2030 Agenda.

Índice

Índice De Quadros	VI
Índice De Figuras	VII
Glossário De Siglas	VIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	3
1. O Desenvolvimento: uma realidade em construção.....	4
2. Desenvolvimento Sustentável: o caminho a seguir	6
3. Agenda 2030 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Uma estratégia global	8
CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	11
1. O Serviço Social e a Dimensão Ambiental	12
2. A Operacionalização da Sustentabilidade em Serviço Social	15
3. A Agenda 2030: implicações para o Serviço Social.....	19
CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	23
1. Método científico	23
2. Construção da Amostra.....	24
3. Técnicas de recolha e análise de dados.....	24
4. Limitações e constrangimentos	25
CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	27
1. Caracterização dos inquiridos	27
2. Ação profissional e Prossecução do Desenvolvimento Sustentável	29
3. Discussão dos resultados	38
CONCLUSÃO	41
BIBLIOGRAFIA	43
ANEXOS	49

Índice De Quadros

Quadro II.1- Perspetiva Ecológica em Serviço Social.....	14
Quadro II.2 - Relação entre os ODS e a Agenda Global para o Serviço Social e para o Desenvolvimento Social	21
Quadro IV.3 - Formação de base dos inquiridos.....	27
Quadro IV.4 - Serviço Social, Desenvolvimento Sustentável e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	29
Quadro IV.5 - Frequência média de utilização dos ODS	32
Quadro IV.6 - Frequência média de utilização dos ODS por setor de intervenção	33

Índice De Figuras

Figura I.1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU	9
Figura IV.2 - Setor de intervenção	28
Figura IV.3 - Tempo de exercício da atividade profissional enquanto assistente social	29
Figura IV.4 - Frequência com que os inquiridos trabalham em prol de cada um dos ODS na sua ação profissional enquanto assistentes sociais	30
Figura IV.5 - Importância dada às dimensões social, económica e ambiental	34
Figura IV.6 - Concordância com afirmações	35
Figura IV.7 - Concordância com afirmações	36

Glossário De Siglas

APSS – Associação de Profissionais de Serviço Social

IASSW - International Association of Schools of Social Work

ICSW - International Council on Social Welfare

IFSW - International Federation Of Social Workers

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change

MEA - Millennium Ecosystem Assessment

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

INTRODUÇÃO

Nos últimos séculos, o planeta Terra tem assistido a uma degradação ambiental que, em grande parte, é devida à ação humana. O conceito de Desenvolvimento Sustentável traz consigo um caráter de responsabilização por parte dos seres humanos em relação a questões ambientais e uma consciência perante as gerações vindouras que irão sofrer com as consequências dos modelos de desenvolvimento insustentáveis levados a cabo desde a época da revolução industrial (Sachs, 2015). Todos os intervenientes da sociedade devem estar mobilizados a viver de acordo com princípios que permitam a prossecução de um Desenvolvimento Sustentável. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) traçados pela Agenda 2030 (ONU, 2015) desempenham um papel essencial no Século XXI, desenhando uma estratégia a ser posta em prática por todos os setores da sociedade de modo a possibilitar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Assim sendo, o Desenvolvimento Sustentável é também cada vez mais uma questão a ter em conta pelo Serviço Social. Os assistentes sociais podem ser elementos fundamentais para o processo de mudança em curso por todo o mundo em direção a uma sociedade mais sustentável. Os profissionais desta área de conhecimento encontram-se, muitas vezes, na mediação entre as populações vulneráveis e os órgãos de decisão, podendo ser promotores de soluções para problemas sentidos tanto ao nível individual como comunitário. A integração de uma dimensão ambiental nessa tomada de decisão torna-se essencial no paradigma atual, devendo focar-se cada vez mais na promoção do equilíbrio entre pessoas, progresso e ambiente. Nas últimas décadas, tem sido crescente o interesse nas questões que associam o Serviço Social à sustentabilidade, suas causas, consequências e contributos que a disciplina pode dar para prevenir, mitigar e atuar em matérias relacionadas com o meio ambiente. Autores como Matthies et al. (2001), Coates & Gray (2012), Dominelli (2012), Peeters, (2012), Rocha (2015), entre outros, têm aprofundado estas questões, adotando diferentes óticas para abordar e intervir sobre um problema comum: a insustentabilidade.

Pretende-se, com o presente estudo, proporcionar uma visão geral aproximada sobre as perceções dos assistentes sociais sobre o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030. Toma-se como pergunta de partida: *Qual a perceção dos assistentes sociais sobre o Desenvolvimento Sustentável na sua ação profissional?*, visando-se aferir se os profissionais consideram que podem contribuir para o Desenvolvimento Sustentável e se já o fazem de alguma forma, ao agir em prol dos ODS traçados pela Agenda 2030 e/ou ao integrar as dimensões social, ambiental e económica durante a ação profissional. Posto isto, tem-se

como objetivo geral compreender as interações que podem existir entre a prática do Serviço Social e o Desenvolvimento Sustentável. Como objetivos específicos, pretende-se perceber qual a percepção dos assistentes sociais sobre o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030; sistematizar frequência de utilização de práticas relacionadas com os ODS e aferir a importância dada às dimensões social, económica e ambiental no exercício profissional.

A pesquisa desenvolvida é de carácter exploratório, tendo como técnica de recolha de dados um inquérito por questionário, direccionado a assistentes sociais a exercer a profissão no momento de preenchimento do mesmo.

A investigação encontra-se estruturada em quatro capítulos. No primeiro, procura-se desconstruir o conceito de Desenvolvimento Sustentável, explorando a complexidade que o envolve, a origem do conceito e a visão global a ser adotada para a prossecução do mesmo. Num segundo capítulo, explora-se a relação entre o Serviço Social e o Desenvolvimento Sustentável, identificando-se onde se cruzam, referindo algumas das perspectivas de autores que abordam o tema e dando conta da sua relação com a justiça social e direitos humanos, interligando-se assim com os princípios e valores da profissão. Seguidamente, no capítulo III, é concretizado um enquadramento metodológico, aprofundando a metodologia utilizada e as limitações encontradas para a realização do estudo. O capítulo IV apresenta a análise descritiva dos resultados obtidos no inquérito e uma breve discussão dos mesmos em confronto com a bibliografia analisada ao longo do estudo, terminando-se posteriormente com as conclusões da investigação.

Sendo um estudo exploratório, tenciona-se que com os resultados obtidos se levantem novas questões sobre a forma como o Serviço Social participa ou pode participar na prossecução do Desenvolvimento Sustentável de modo a gerar um contributo para investigação futura.

CAPÍTULO I – O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de Desenvolvimento Sustentável traduz uma visão global e holística do processo de desenvolvimento que tem em conta todas as dimensões da vida no planeta Terra e todas as suas limitações e potencialidades.

A definição mais comumente aceita remonta a 1987, no relatório de Brundtland: *Our Common Future*, que define o conceito da seguinte forma: “Sustainable Development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.” (Brundtland, 1987: 41). Daqui decorre que o Desenvolvimento Sustentável é um processo que tem em conta que grande parte dos recursos oferecidos pelo planeta são limitados e que a gestão dos mesmos deve ir ao encontro das necessidades de todos os seres humanos, independentemente do local onde se encontram ou do tempo em que vivem, de modo a promover uma sociedade global, inclusiva e igualitária.

Ao longo das últimas décadas a preocupação com o modelo de desenvolvimento em curso e sua insustentabilidade tem sido crescente e a comunidade científica tem vindo a alertar os Estados e a sociedade civil para as consequências que podem emergir da não adoção de um modelo de Desenvolvimento Sustentável. A Organização das Nações Unidas tem vindo a promover encontros entre os líderes mundiais, com o objetivo de fomentar o debate entre todos os países do mundo sobre as estratégias e planos de ação que devem ser promovidos rumo a um desenvolvimento que tenha em conta questões ambientais e sociais. A Conferência de Estocolmo (ONU, 1972) marcou o início da caminhada das Nações Unidas por um futuro mais sustentável. A partir deste marco, os Estados têm vindo a reunir periodicamente e a ratificar tratados e acordos em que se comprometem com metas de promoção da sustentabilidade a vários níveis¹. Este tem sido um processo com avanços e recuos no qual, diversas vezes, questões económicas se têm vindo a sobrepor às sociais e ambientais, inviabilizando um processo que deve ser comum em direção a uma sociedade mais sustentável.

O Desenvolvimento Sustentável constitui-se como um desafio às sociedades contemporâneas, sendo simultaneamente uma forma de ver o mundo e uma maneira de

¹ Consultar Anexo A – Principais marcos na área do Desenvolvimento Sustentável impulsionados pela ONU.

resolver problemas estruturais que põem em causa a humanidade e o meio ambiente. A promoção do bem-estar, da justiça social e da equidade intra e intergeracional estão subjacentes ao conceito. Todavia, vivemos num mundo desigual que não proporciona a todos os cidadãos as mesmas oportunidades, em que as assimetrias sociais, as desigualdades na distribuição de rendimentos e a escassez de recursos representam uma ameaça à dignidade humana. O nosso planeta está marcado pelas consequências de um modelo de desenvolvimento insustentável que está a provocar uma crise ambiental, pondo em causa os recursos naturais da Terra, ameaçando o bem-estar dos seres humanos e a sobrevivência de muitas outras espécies (Sachs, 2015, Haughton, 1999).

1. O Desenvolvimento: uma realidade em construção

O desenvolvimento é um conceito complexo e multidimensional que surge para caracterizar as mudanças, transformações e progressos que têm vindo a ocorrer na sociedade. Amaro (2003) cruza o início do processo de desenvolvimento com a era da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, um período de profundas mudanças tanto a um nível material e objetivo, com progressos não só na agricultura e indústria mas também nos transportes e tecnologias, possibilitando um novo padrão de produção e consumo, como também a um nível subjetivo e valorativo, com a emergência de valores de igualdade, liberdade e fraternidade, o fim da hegemonia da Igreja católica e uma nova liberdade política e científica a despontar.

A humanidade viveu durante milhares de anos à base de uma economia rural de subsistência, não existiam grandes assimetrias entre as regiões do mundo pois grande parte da população vivia nos campos e subsistia através da produção agrícola, dependendo de fatores climáticos e estando vulnerável a doenças e pandemias, não interferindo de forma intrusiva com o ambiente que as rodeava. A Revolução Industrial foi um ponto de viragem na história da humanidade, conduzindo a mudanças na capacidade de produção, à evolução de novos valores e a uma alteração nos estilos de vida e na relação das pessoas com o meio ambiente. A vaga de êxodo rural e a maior capacidade de produção de alimentos e outros bens deu início a transformações na estrutura sociodemográfica em todo o mundo. Deu-se um aumento sem precedentes da população mundial, que coincide com o crescimento contínuo da economia global, uma constante desde meados do século XVIII (Sachs, 2015).

Até ao século XX, o processo de desenvolvimento decorreu de uma forma localizada: as grandes potências mundiais beneficiavam de avanços sociais e tecnológicos enquanto no resto do mundo ainda se vivia de uma realidade colonialista e subdesenvolvida. Foi depois de

duas Guerras Mundiais que se começou a entender que a difusão do desenvolvimento era algo essencial. Foi aí que o processo de globalização se começou a acentuar, as interdependências entre os países intensificaram-se e verificaram-se avanços na concertação de respostas a problemas críticos (Silva, 2017). Nos trinta anos que se seguiram à segunda Grande Guerra, a ordem mundial assistiu a mudanças significativas. Apesar de nesse período terem ocorrido grandes avanços a nível social (educação e saúde) e ao nível económico (mais eficiência e eficácia da produção, e expressivos avanços tecnológicos), surgiram também novos problemas e questões sociais: persistiam formas de mal-estar e carências extremas, as assimetrias entre as regiões do mundo tornavam-se cada vez mais expressivas, apareciam novas doenças e epidemias e começou a constatar-se que o desenvolvimento dos últimos séculos estava associado a uma profunda degradação da natureza (Amaro, 2003).

O entendimento de que as dimensões ambientais devem ser tidas em consideração nos processos de desenvolvimento foi um importante passo para enveredar por um caminho mais sustentável. Todavia, essa constatação não foi suficiente para alterar o rumo da lógica de desenvolvimento em vigor. A partir dos anos 70, a comunidade internacional começou a revelar cada vez mais preocupação com a gestão dos recursos naturais e com questões relacionadas com a redução de desigualdades entre regiões do mundo. No entanto, apesar destas questões terem sido incentivadas pela Organização das Nações Unidas e assimiladas por alguns grupos ativistas da sociedade civil, o modelo de desenvolvimento regido pela primazia do crescimento económico continuou a ser dominante. A emergência do neoliberalismo e a desvalorização política das questões ambientais acabaram por se sobrepor, presumindo que o crescimento económico, por si só, acabaria por gerar maior bem-estar ao nível global e que a tecnologia iria acompanhar e, eventualmente, resolver os problemas ambientais (Daly, 2007; Amaro, 2003).

Ao longo dos últimos 30 anos têm sido crescentes os esforços de sensibilização da comunidade internacional para o facto de que o ritmo de crescimento populacional em curso desde o século XVIII em conjunto com um modelo de crescimento económico insustentável estão a pôr em causa o equilíbrio climático do planeta e, conseqüentemente, a sobrevivência da humanidade e a resiliência dos ecossistemas. No século XXI tem-se vindo a provar a necessidade de adotar um modelo de desenvolvimento que encontre esse equilíbrio entre a prosperidade económica, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental através de uma governação consciente e a utilização do conhecimento e tecnologia para o bem comum (Sachs, 2015).

2. Desenvolvimento Sustentável: o caminho a seguir

A prossecução do Desenvolvimento Sustentável é um desafio para a humanidade, exigindo a integração de dimensões ambientais, sociais e económicas numa visão holística do mundo que deve ser adotada para uma boa governação e para a promoção do bem-estar de todos. As tendências e efeitos positivos de um modelo de desenvolvimento que não considere aspetos ambientais e desvalorize questões sociais irão, inevitavelmente, ser ultrapassadas pelas consequências negativas que a degradação do ambiente pode causar futuramente, e pelos efeitos sociais provocados pelas desigualdades entre pessoas e regiões (Sachs, 2015).

Apesar de o desenvolvimento latente dos últimos séculos estar associado à tendência de crescimento económico, não se devem confundir os dois conceitos. O desenvolvimento não depende apenas da economia e, segundo autores como Stiglitz (2006) e Gore (2013), é um erro medi-lo apenas através de indicadores económicos como o PIB, que não considera dimensões sociais, como a distribuição de rendimentos e a instabilidade social, nem ambientais, como o esgotamento de recursos ou a poluição gerada pela atividade económica. Tem-se vindo a verificar que a qualidade de vida e o bem-estar social não estão diretamente associados ao crescimento do PIB, na realidade, alguns dos países mais ricos do mundo registam desigualdades sociais abismais e não proporcionam grandes níveis de bem-estar à sua população (Gore, 2013). Considerando que o objetivo último das sociedades é proporcionar um nível de vida digno a todos os seres humanos, não faz sentido interpretar a dimensão económica como um aspeto independente das questões sociais e ambientais, dado que a economia depende dos seres humanos e do meio ambiente para poder prosperar (Giddings, Hopwood & O'Brien, 2002).

De acordo com um relatório promovido pela ONU para avaliar o impacto humano sobre o meio ambiente (Reid et al., 2005), existe uma forte relação entre o bem-estar social e a dependência dos recursos naturais, frequentemente explorados pela atividade económica. Por um lado, os ciclos que suportam a provisão de água, comida e regulação climática associam-se a questões como a saúde, a segurança e as condições materiais básicas; por outro lado, o meio ambiente proporciona também as condições necessárias para o mantimento das relações sociais e para a difusão de costumes e culturas. Entendemos, assim, que os seres humanos dependem dos recursos naturais para a sobrevivência e bem-estar social, mas esse entendimento contrasta com a degradação que o Homem tem provocado nos ecossistemas, com a insustentabilidade da exploração de recursos naturais e

com a emissão excessiva de gases com efeito de estufa que contribuem para o aquecimento global (Blewitt, 2008).

Os recursos naturais estão a ser esgotados a um ritmo tão acelerado que a Terra não está a ter capacidade de os restaurar e a ação humana está a gerar consequências irreversíveis e perdas incalculáveis ao nível ambiental que colocam em causa o bem-estar da espécie humana e até a sua própria sobrevivência (Meadows et al., 2005). O conceito de limites planetários torna-se assim importante para que se compreenda os impactos e desafios que a atividade humana tem provocado no ambiente físico da terra, quantificando-os e definindo limites que não devem ser ultrapassados em prol de um funcionamento seguro dos sistemas da Terra. Rockström et al. (2009) e Steffen et al. (2015) categorizam esses limites e definem quais as áreas que já atingiram dimensões irreversíveis e níveis de incerteza². Todos os limites se associam entre si, sendo interdependentes. Tendo isso presente, um dos mais preocupantes e que se encontra já numa zona de incerteza são as alterações climáticas, seguindo-se da acidificação dos oceanos, dos danos na camada do ozono, da poluição, da perda de biodiversidade, da concentração de aerossóis, da utilização de recursos hídricos e da danificação dos solos aráveis. Na atualidade, são muitos os dados concretos que temos sobre os danos que a ação humana causa, tais como os oferecidos pelos diversos relatórios produzidos pelo IPCC, que alertam a humanidade para as reais consequências de questões como o aquecimento global, emissão de gases com efeitos estufa, alterações climáticas e muitas outras.

A necessidade de transitar, no século XXI, para um modelo mais sustentável impõe-se e estão já a ser encetados esforços para essa transição ao nível global. O ténue equilíbrio entre a sustentação das necessidades de uma população em crescimento, a utilização dos recursos limitados que o planeta oferece e a busca pelo progresso económico e tecnológico é difícil de gerir, sendo essa gestão o principal desafio para alcançar o Desenvolvimento Sustentável.

It is possible to alter these growth trends and to establish a condition of ecological and economic stability that is sustainable far into the future. The state of global equilibrium could be designed so that the basic material needs of each person on earth are satisfied and each person has an equal opportunity to realize his individual human potential. (Meadows et al. 1972: 24)

² Consultar Anexo B – Os Limites Planetários

A citação, retirada do livro “The Limits of Growth” (Meadows et al. 1972), escrito há quase meio século, evidencia a importância da ação para a mudança em direção a um equilíbrio entre o ambiente, a economia e a sociedade e a referida mensagem nunca foi tão atual: se o objetivo último dos seres humanos é que todos possam alcançar o seu potencial e contribuir para o progresso social, tecnológico e económico, então temos de encontrar uma forma de nos desenvolvermos dentro dos limites que o planeta impõe. Sachs (2015) entende que esse desenvolvimento depende de mudanças baseadas na ciência e na moral e que o crescimento populacional deve ser controlado através de progressos ao nível social, para que seja possível prever as necessidades futuras, possibilitando que o crescimento económico coabite com uma consciência ambiental ao nível global.

Segundo Sen (2009:210) o desenvolvimento é fundamentalmente um processo de “empoderamento” e conter a destruição ambiental é uma das formas mais urgentes de contribuir para esse mesmo desenvolvimento. A autora aponta para a necessidade de fazê-lo de forma mais construtiva e menos passiva, indicando que questões como a promoção da igualdade de género podem ter um impacto positivo na ação climática sendo a educação e emprego veículos fundamentais para a mudança de estilos de vida e de promoção de ação consciente e livre. É essencial compreender que o Desenvolvimento Sustentável tem de ser entendido de forma sistémica, sendo que se trata de um objetivo que apenas será alcançado de modo colaborativo e levado em consideração ao nível global e local.

3. Agenda 2030 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Uma estratégia global

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável representa um grande avanço na mudança em direção a uma sociedade mais sustentável, tendo sido assinada pelos 193 Estados Membros da ONU em 2015. Com esta Agenda a comunidade global comprometeu-se com 17 objetivos e 169 metas que complementam as várias dimensões do Desenvolvimento Sustentável, submetendo um plano ambicioso para o desenvolvimento e prosperidade, a ser implementado por todas as esferas da sociedade, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, agências e associações, em parceria e integração de esforços por um mundo mais sustentável.

A Agenda 2030, propondo os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, distingue-se da anteriormente proposta dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio³ pois direciona a ação para o âmbito global e não apenas para áreas geográficas ou populações específicas, constituindo-se como uma estratégia integrada a ser levada a cabo por todos. Baseia-se em cinco eixos: pessoas, planeta, prosperidade, parcerias e paz, entendendo estes pilares como pontos de importância crucial para o planeta e a humanidade de modo a promover um equilíbrio saudável e inclusivo (ONU, 2015).

Figura I.1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU



Fonte: ONU Portugal (<https://www.ods.pt/>)

Cada um dos objetivos representados na figura I.1 tem várias metas que especificam quais os domínios que lhe dizem respeito e que permitem também uma melhor medição dos progressos feitos. Os primeiros oito objetivos estão diretamente ligados com os seres humanos e as suas condições imediatas, pretendendo influenciar diretamente condições de vida: os primeiros cinco ODS pretendem pôr fim à pobreza e fome, proporcionando um ambiente digno onde todos tenham igualdade de oportunidades; os objetivos seis e sete têm em conta uma dimensão ambiental, relacionando-se não só com o acesso a água potável saneamento e energia, mas também com a boa gestão desses recursos naturais; por outro

³ Consultar Anexo C – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

lado, tanto o objetivo sete como o oito pretendem assegurar a prosperidade e o progresso económico em harmonia com a dimensão ecológica (ONU, 2015).

Os objetivos nove a dezassete centram-se em questões que fornecem suporte para a manutenção e melhoria da condição humana, relacionando-se com os recursos vivos e não vivos, infraestruturas e sistemas sociais. Os ODS nove, dez e onze têm como propósito a promoção de uma vida próspera para todos os seres humanos, enquanto os objetivos doze a quinze relacionam-se diretamente com o meio ambiente e gestão dos seus recursos limitados. É de salientar que o ODS treze se reveste de uma especial importância no sentido em que, sem ele, a vida na Terra pode tornar-se intolerável, sendo urgente unir esforços pelo combate das alterações climáticas e seus impactos. Os objetivos dezasseis e dezassete juntam a todos os outros o pressuposto de que para alcançar o Desenvolvimento Sustentável é necessário trabalhar em parceria e colaboração, de forma participativa e pacífica, que possibilite a justiça para todos e o bom funcionamento das instituições, dado que somente assim será possível viver num mundo sustentável e onde o bem-estar inclui todas as pessoas do planeta (ONU, 2015).

O desafio que a Agenda 2030 propõe é o implementar uma estratégia indivisível, através de medidas e ações que considerem as relações e interações entre os ODS. Griggs et al. (2017) defendem que essa implementação só pode ser concretizada com base na ciência, de modo a que o cumprimento de um ODS não ponha em causa o cumprimento dos restantes. As relações entre objetivos são complexas, e uma organização não se pode focar apenas num ou dois objetivos que vão ao encontro da sua missão, descurando todos os outros, sob pena de poder estar a ter um impacto mais negativo que positivo. Para o cumprimento da Agenda 2030 é necessário que todas as questões sejam abordadas de forma holística, mapeando impactos positivos e negativos ao nível global e local. A multiplicidade de fatores de que se reveste uma tomada de decisão baseada na Agenda 2030 implica uma compreensão sistémica do mundo, fundamentada na ciência, que pode monitorizar impactos e criar instrumentos que permitam a prossecução de um Desenvolvimento Sustentável.

CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As questões ambientais e o paradigma do Desenvolvimento Sustentável são, na atualidade, assuntos presentes de forma generalizada em todos os aspetos da vida diária, e as ações de cada um influenciam a prossecução desse objetivo maior que é a sustentabilidade. O Serviço Social, como profissão e disciplina académica, deve marcar a sua presença e encontrar formas de contribuir para um mundo mais sustentável assente em princípios de direitos humanos e valores de dignidade humana e justiça social para as gerações atuais e futuras (IFSW, 2014a).

Desde logo, a interligação entre os princípios e valores do Serviço Social com os do Desenvolvimento Sustentável sugerem que ambos poderão fortalecer-se mutuamente. A adoção de uma dimensão ambiental no Serviço Social é essencial por existir uma interdependência entre problemas sociais e ambientais. Questões como a falta de recursos ou a poluição expressam-se com muito mais impacto nas populações mais vulneráveis, com as quais muitos assistentes sociais trabalham; assim, é necessário que os profissionais tenham algumas noções sobre a dimensão ambiental nos contextos onde intervêm. Para isso, devem assumir uma ética ambiental, entendendo que as questões ecológicas estão diretamente relacionadas com o bem-estar das populações. A dimensão social da sustentabilidade é também muito importante para o Serviço Social no sentido em que tem como base a garantia da coesão social e a defesa dos direitos dos cidadãos para o futuro da humanidade. Os assistentes sociais entram nesta dimensão como agentes promotores da justiça social e de uma sociedade mais equitativa e igualitária, que combata as desigualdades sociais e económicas, tanto num contexto de proximidade como num nível estrutural e até político, para que o desenvolvimento se reja pelo respeito pelas gerações futuras e pela promoção do bem-estar das populações atuais (Pinto, 2014; Rocha, 2015; Närhi e Matthies, 2016; Peeters, 2012; Dominelli, 2012).

Social workers are the professionals responsible for the health and well-being of those with whom they work. Their practice engages those whose lives are undermined by the lack of access to resources and opportunities in myriad settings. Thus, they have a professional and moral responsibility to examine why service users are in such situations and work with them for transformative change. (...) social workers should also work with the 1 per cent who own more than they can possibly use, and engage them in thinking about how they can contribute to the development of new, alternative economic systems that do not exploit people or the earth [...] (Dominelli, 2018: 9-10)

O envolvimento do Serviço Social com o Desenvolvimento Sustentável é visto por Dominelli (2018:9-10) como uma responsabilidade moral, e a promoção de uma prática que tenha em conta os limites naturais da Terra, atendendo simultaneamente às necessidades de todas as pessoas, representa um desafio para a humanidade, em geral, e para o Serviço Social, em específico. Responder a esse desafio implica um comprometimento da profissão com uma prática transformativa que viabilize a mudança social e que olhe o indivíduo e as circunstâncias que o envolvem de forma holística, numa abordagem centrada nos direitos humanos que tenha em consideração todas as dimensões da vida, promovendo um equilíbrio entre as esferas social, económica e ambiental (Boetto, 2017; Närhi & Matthies, 2016).

1. O Serviço Social e a Dimensão Ambiental

Pensar o Serviço Social como uma disciplina que integra uma dimensão ambiental não é algo insólito. Desde a sua génese que o Serviço Social se tem comprometido com a alteração de ambientes sociais e físicos em prol do bem-estar dos indivíduos com quem intervém.

Como denotado pelos autores Matthies et al. (2001), as pioneiras da profissão, Mary Richmond e Jane Addams legitimam desde logo a relação entre o Serviço Social e o ambiente através de duas perspetivas díspares: Mary Richmond, na publicação do “Diagnóstico Social” (1917) aborda a relação da pessoa com o seu meio ambiente como um importante fator para o desenvolvimento humano, considerando os sujeitos de intervenção num espectro holístico, enfatizando a dimensão social. Por outro lado, Jane Addams (1910), fundadora das Hull House Settlements, equacionava uma dimensão ambiental na intervenção defendendo que os ambientes onde as classes trabalhadoras viviam deveriam ter condições suficientes para a dignidade humana, promovendo a luta contra a fome, a educação das mulheres, o tratamento do lixo, o saneamento básico, entre muitas outras coisas naquelas comunidades, através da comunicação com as estruturas de poder numa intervenção interconectada entre pessoas, comunidades e seu ambiente.

A perspetiva ecológica em Serviço Social, apesar de ser associada com as origens da disciplina, apenas começa a ser aprofundada nos anos 70⁴, com a expansão a nível global das questões associadas à sustentabilidade no decorrer da crise ecológica. Autores como Goldstein (1973) ou Siporin (1980) deram aso a correntes fortemente influenciadas pela abordagem sistémica, que reconhecia o ambiente como um importante fator a considerar para

⁴ Consultar Anexo D – Tradição Ecológica em Serviço Social segundo Matthies et al. (2001)

o desenvolvimento humano e comunitário. Essa perspectiva, também associada ao conceito *person-in-environment*, acabou por ser recetora de críticas por não dar relevo suficiente às questões do ambiente e da natureza. Surge assim, em simultâneo, a perspectiva eco-crítica, alicerçada na crítica às sociedades industriais, de autores como Beck (1992) e Hoff e McNutts (1994), que alertam para os riscos que vivemos na sociedade que construímos, para a falta de *accountability* e para a necessidade da implicação do setor social para a mudança estrutural, considerando os seres humanos como parte da natureza (Matthies et al., 2001; Fernández & Posada, 2020).

No final do século XX, as duas perspectivas (sistémica e eco-crítica) acabaram por convergir continuamente e as discussões passaram a ser feitas em torno do Serviço Social ecológico e da abordagem ecosocial (Matthies et al., 2001). A perspectiva ecológica, defendida por autores como Kemp et al. (1997), Kemp (2011), Besthorn (1997) e Germain (1979), tenta recentrar a abordagem *person-in-environment* de modo a conceder-lhe uma dimensão ambiental, defendendo uma estratégia adaptativa aos contextos e às questões sociais. Segundo Coates (2006), esta perspectiva associa as dimensões ambientais às espirituais, abrindo a oportunidade de dar voz às populações indígenas e de repensar o Serviço Social. Paralelamente, Payne (2005) admite que a evolução das perspectivas ecológicas com base sistémica tiveram um enorme impacto nas abordagens tomadas em Serviço Social, nomeadamente, no entendimento das situações no seu todo e considerando as interações entre as pessoas e o meio, abordagem essa que tem vindo a evoluir gradualmente para uma perspectiva cada vez mais crítica e de carácter transformativo.

A abordagem ecosocial cruza-se em muitos aspetos com a ecológica, mas toma como ponto de partida uma perspectiva transformativa, integrando a visão sistémica com um enfoque holístico. Esta considera os indivíduos como parte integrante da natureza, estando subentendido o respeito pelos limites naturais e uma mudança na relação com o meio ambiente de modo a potenciar a sustentabilidade ambiental e social. Esta abordagem é considerada por Närhi (2004:37) como um conceito “guarda-chuva” que permite uma visão completa daquilo que deve ser a relação do Serviço Social com o ambiente. Boretto (2017) partilha desse ponto de vista, entendendo que as várias perspectivas que têm surgido, como o Serviço Social Verde (Dominelli, 2012), o Serviço Social Ambiental (Gray et al., 2013) ou as perspectivas associadas à Ecologia profunda (Besthorn & Canda, 2002), se baseiam numa abordagem que transcende as visões tradicionais do Serviço Social, nas quais se torna necessária a reconceptualização do conceito de bem-estar para incluir uma dimensão ambiental e, conseqüentemente, uma adoção de novas práticas que considerem o meio

ambiente como parte do trabalho ao nível individual e comunitário. Assim, a perspectiva ecosocial deve tomar-se como uma prática que potencie a mudança social através do *empowerment* e que promova a participação e a resiliência de pessoas e comunidades no processo, surgindo o Serviço Social como elemento orientador em direção a uma sociedade sustentável materializada na vida dos indivíduos (Peeters, 2012).

Matties (2015), citada por Rocha (2015) resume as abordagens e perspectivas que têm surgido sobre a relação entre o Serviço Social e as dimensões ecológicas no quadro II.1.

Quadro II.1- Perspetiva Ecológica em Serviço Social

Debate Atual	Principal enfoque	Enfoque comum
Abordagem Ecosocial	Conceito “guarda-chuva”; bem-estar humano dependente do meio ambiente; sustentabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar a tradição eco-crítica do Serviço Social Ecológico • Retornar à tradição política do Serviço Social de Jane Addams • Exigir como desafio dominante para o Serviço Social um novo paradigma eco-social e de transição da sociedade • Pensar com uma perspetiva global, criando ações nas comunidades locais • Ver e respeitar o ser humano como parte da natureza
Serviço Social e Ecologia profunda	Justiça ambiental; crítica à relação antropocêntrica homem-natureza	
Serviço Social Eco-Espiritual	Seres humanos como parte da natureza, espiritualidade no entendimento da natureza e da ação do Serviço Social	
Serviço Social Verde	Práticas para proteger o meio ambiente e o bem-estar dos indivíduos; tradição no Serviço Social radical	
Serviço Social Ambiental	Procura de um novo paradigma para o Serviço Social de acordo com os critérios de um Desenvolvimento Sustentável	
Serviço Social ecológico	União da teoria de sistemas e postura eco-crítica; transição eco-social das comunidades	

Fonte: Adaptado de Matties, 2015 citado por Rocha (2015).

Conseguimos perceber neste quadro que, apesar de diferentes, todas as abordagens têm um enfoque comum no que respeita à manutenção de uma perspetiva crítica em relação às sociedades e às estruturas, bem como à necessidade de uma prática política em Serviço Social que responda ao desafio de integrar uma dimensão global com uma dimensão local, permitindo uma atuação baseada nos direitos humanos que se traduza no bem-estar de indivíduos e comunidades, tendo em conta o respeito pela natureza e pelos limites naturais do planeta (Rocha, 2015).

2. A Operacionalização da Sustentabilidade em Serviço Social

Promover o Desenvolvimento Sustentável implica o comprometimento com a sustentabilidade ao nível social, ambiental e económico. Rocha (2015) indica que os assistentes sociais são profissionais que intrinsecamente se comprometem com a dimensão social da sustentabilidade, direcionando a sua atuação para o bem-estar dos indivíduos, atendendo não só às suas necessidades básicas, mas também a outras dimensões da vida humana em prol da qualidade de vida. A necessidade do equilíbrio destas questões sociais com a dimensão económica também é conhecida pelo Serviço Social, nomeadamente quanto à redistribuição da riqueza, à empregabilidade, à equidade ou à (des)igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. O novo desafio que se impõe é o equilíbrio de tudo isso com as questões ambientais, constatando que de nada serve a resposta imediata e pouco refletida a problemas sociais e económicos se não houver uma gestão criteriosa dos recursos naturais de forma a preservar ecossistemas e o meio ambiente (Matthies et al., 2001; Rocha, 2015).

A adoção de uma perspetiva ecosocial exige que os profissionais se comprometam com uma visão transformacional e tenham como objetivo a mudança em direção a um mundo mais sustentável. Isso implica que reconheçam que são necessárias mudanças, que tomem uma perspetiva crítica, que incentivem o pensamento crítico e a ação social junto da população com quem trabalham e que valorizem as vozes indígenas em prol da criação de soluções locais para problemas globais (Boretto et al, 2018; Jones, 2018).

Incorporar a sustentabilidade na teoria e prática do Serviço Social é algo que invoca questões éticas de carácter global, obrigando a que os profissionais adotem uma prática reflexiva que permita uma visão holística das questões sociais. É necessário atender ao facto do aparente bem-estar de uma população no momento presente poder acarretar consequências nefastas no futuro, sendo necessárias ações que previnam e mitiguem as consequências de processos de desenvolvimento insustentável decorrentes da ação humana. Deste modo, o Serviço Social pode explorar novas oportunidades e campos de intervenção, tendo em conta os objetivos traçados a nível global para a ação climática, articulando-os com a intervenção que já é levada a cabo a nível social com populações vulneráveis (Hawkins, 2010; Marcondes, 2007; Rocha, 2015).

O caminho em direção a uma sociedade mais sustentável tem de ser feito de forma colaborativa e interdisciplinar, em que diferentes áreas ofereçam o seu contributo e a intervenção se dê de forma coerente e em conformidade com objetivos comuns (Schmitz et al., 2010). Os autores Coates & Gray (2012) argumentam que apenas o trabalho

interdisciplinar pode responder aos desafios do Desenvolvimento Sustentável e, para isso, o diálogo entre disciplinas e a difusão do conhecimento científico são fundamentais. A interdisciplinaridade é uma das muitas competências que os profissionais em Serviço Social devem interiorizar para uma atuação com base numa perspectiva ecosocial. Teixeira & Krings (2015) e Jones (2018) entendem que essas competências devem ser abordadas desde o início da formação, sendo fundamental que, para além de conceitos, princípios e valores relacionados com a sustentabilidade e justiça ambiental, se incluam nos currículos conteúdos sobre modelos práticos de atuação. Teixeira & Krings (2015) sugerem que o treino de determinadas competências como a autoconsciência sobre preconceitos, a capacidade de conectar problemas sociais com questões ambientais, a capacidade de mediação e comunicação com os decisores, de advogar e capacitar as populações com quem se trabalha, em conjunto com os conhecimentos teóricos e técnicos adquiridos, capacita os assistentes sociais a atuar em sintonia com o paradigma do Desenvolvimento Sustentável. Por outro lado, Jones (2018) considera que ao abordar diferentes intervenções com diferentes públicos alvo, se devem inserir conteúdos específicos sobre intervenções relacionadas com o ambiente, sendo que a atuação em prol da sustentabilidade pode ocorrer em qualquer campo de intervenção.

A crescente produção científica direcionada para a área da sustentabilidade em Serviço Social possibilita que cada vez mais se possa enveredar por uma atuação informada e consciente das questões sociais provocadas pela insustentabilidade. Krings et al. (2018) notam que o volume de publicações em Serviço Social sobre questões ambientais cresceu exponencialmente entre 1991 e 2015, constatando também que a maioria da literatura produzida é no âmbito da reação a desastres naturais (tsunamis, sismos, incêndios, entre outros), relacionando-se fortemente com a ação humanitária em tempos de crise. Muito menor é a produção científica relativa aos “slow disasters”, isto é, questões de longo curso como a poluição dos rios e do mar, a insegurança alimentar ou o acesso a recursos naturais; que requerem uma intervenção de longa duração ao invés do imediatismo requerido pelas catástrofes naturais. Assim sendo, a produção científica em Serviço Social acerca da sustentabilidade e do ambiente centra-se mais no âmbito da reação do que no da prevenção. Todavia, é necessário que se pense a curto, médio e longo prazo nos impactos que as questões ambientais podem vir a ter nas populações, reconhecendo formas de exclusão não só social mas também ambiental, associadas à gentrificação, à poluição e aos consequentes problemas de habitabilidade e saúde de populações que vivem junto de ambientes afetados negativamente pela ação humana (Healy & Thomas, 2020).

Entendendo o meio ambiente como um novo campo de intervenção do Serviço Social, Amaro (2015) indica que a atuação nesse âmbito deve reforçar o seu cunho pedagógico-educativo com as populações com quem trabalha, no sentido de sensibilizar a importância da questão. A visão de Pinto (2014) está em consonância, sugerindo que a atuação deve dar-se em três níveis: ao nível individual, onde o foco está na consciencialização e sensibilização, sendo importante que o assistente social tenha em conta a dimensão ecológica na análise das situações; ao nível meso, que salienta a importância das organizações e do trabalho comunitário no processo de mudança; e ao nível macro, que defende uma intervenção baseada na *advocacy*, onde os profissionais devem expor situações e lutar pela valorização de questões sociais e de desigualdade que afetam populações, a um nível estrutural e político.

A operacionalização de uma prática sustentável em Serviço Social deve ser feita tendo em conta o papel dos profissionais como agentes de mudança, possibilitando a interiorização por parte das populações de práticas sustentáveis, dando relevância às relações humanas como parte fulcral do processo (IFSW, 2014b). De igual modo, Peeters (2012) entende que existem três elementos essenciais para possibilitar a mudança em direção a um mundo mais sustentável: o *empowerment*, a resiliência e o capital social. Esta abordagem parte das capacidades das pessoas para criar uma rede de relações que possibilitem a evolução da sociedade de uma forma gradual em direção a um modelo sustentável, para isso sendo os assistentes sociais atores essenciais que devem incentivar a participação e agir como elementos orientadores do processo, utilizando o *empowerment* para possibilitar que os intervenientes ajam e ganhem poder sobre as circunstâncias em que se encontram, com o objetivo de criar uma autonomia que se oriente sobre os princípios da sustentabilidade e que se materialize no bem estar das populações, possibilitado por uma cidadania social ativa.

Percebe-se, desta forma, que, para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, o Serviço Social não se deve focar numa prática tecnocrata e assistencialista, mas sim aproximar-se de uma dimensão política e estrutural que possibilite a mudança efetiva. A colaboração entre pessoas e organizações e o reconhecimento dos saberes das populações e das suas capacidades é essencial num Serviço Social que respeite os direitos humanos e o planeta, sendo o papel da profissão o de estabelecer a ponte entre os problemas sociais e as estruturas de tomada de decisão de modo a sustentar mudanças necessárias à sustentabilidade social, económica e ambiental (Ferreira et al, 2016; Hawkins, 2010; Kennedy, 2018).

O modelo ecosocial, formulado por Rocha (2015), representa uma sistematização de conceitos e práticas a utilizar em Serviço Social para uma intervenção holística que integre todas as dimensões da vida na Terra. A autora entende que os assistentes sociais devem munir-se de um leque de competências – nomeadamente, teóricas, cognitivas, analíticas, de comunicação e de responsabilidade social – tanto para a análise e intervenção sobre problemas, como para a construção de conhecimento a partir da prática. O assistente social pode ter um papel facilitador que possibilite a valorização de cada indivíduo em simultâneo com uma atuação que promova o alcance de objetivos globais relacionados com a sustentabilidade. Para tal, Rocha (2015) refere a necessidade de adoção de uma visão multifocal (Lee, 2001) que enquadre diferentes aspetos teóricos e da vida humana, promovendo o *empowerment* de pessoas, grupos e comunidades. Segundo esta visão, é importante não só enquadrar as questões sociais numa perspetiva histórica que permita a perceção das causas dos problemas, como também ter em conta questões como a opressão, a multiculturalidade, o ponto de vista ambiental e uma perspetiva global, ética e crítica da sociedade.

A intervenção segundo um modelo ecosocial deve considerar e interligar várias dimensões, conjugando um trabalho a longo prazo de promoção da mudança estrutural com o imediatismo necessário da resposta a necessidades dos sujeitos. Para tal, deve ser aprofundada a dimensão de promoção humana, através da compreensão dos contextos e circunstâncias que levaram à situação de necessidade; a dimensão comunitária e de desenvolvimento socio-local, que procura entender se as situações-problema advêm de fatores exógenos advindos dos ambientes e, por fim, a dimensão sociopolítica que se ocupa de perceber e provocar mudanças em fatores estruturais da sociedade (Rocha, 2015).

Os três conceitos que guiam a intervenção no modelo ecosocial (Rocha, 2015) são:

- Universalidade – princípios e valores que traçam a intervenção e que se refletem na ação diária (direitos humanos, justiça social e equidade) através da sintonia entre a empatia e o sentido crítico.
- Ação – aplicação dos princípios e valores do Serviço Social na intervenção diária, considerando sempre a participação, a interdisciplinaridade e o trabalho em rede, adotando simultaneamente uma visão multifocal.
- Integração – objetivo último da intervenção: que a cidadania e o empowerment conduzam à sustentabilidade através da consciencialização de cada indivíduo para a importância da prossecução de um Desenvolvimento Sustentável.

O desafio imposto por este modelo é o de integrar todas as dimensões da intervenção, considerando as inter-relações entre sistemas e dimensões social, ambiental e económica, por forma a fomentar um equilíbrio em que a ação dos assistentes sociais considere a universalidade das questões éticas e a integração de cada indivíduo através da promoção do *empowerment*, cidadania e sustentabilidade social e ambiental. As potencialidades do modelo ecosocial encontram-se no reforço das relações mutuamente benéficas entre o indivíduo e o meio ambiente, através de uma combinação entre conceitos sistémicos e questões ecológicas numa abordagem holística que permite uma intervenção que tenha em conta todos os níveis: macro, meso e micro, servindo assim de suporte à prática dos profissionais no terreno (Rocha, 2015).

3. A Agenda 2030: implicações para o Serviço Social

A valorização do Desenvolvimento Sustentável como parte integrante da missão do Serviço Social é, cada vez mais, uma questão a ser discutida no seio da profissão, não apenas ao nível da investigação, mas também ao nível da ação, nacional e internacionalmente. Entende-se, por isso, a importância de alinhar os objetivos da disciplina com os traçados pela comunidade internacional na Agenda 2030, o que conduz a um comprometimento da profissão com uma abordagem centrada nos direitos humanos que vá ao encontro de um Desenvolvimento Sustentável (Jayasooria, 2016).

Em Portugal, a aprovação pela APSS do Código Deontológico dos Assistentes Sociais em 2018 gerou debate sobre questões associadas à obrigação ética dos profissionais promoverem a sustentabilidade ambiental. Considerando o Desenvolvimento Social e Sustentável como um campo específico de atuação, o código deontológico apresenta a promoção da sustentabilidade ambiental como um princípio da profissão diretamente associado à justiça social. Apesar de não ser vinculativo, este código deontológico apresenta uma visão da profissão que integra o Desenvolvimento Sustentável como um desígnio central para os assistentes sociais e que está em linha com as diretivas internacionais traçadas tanto pela Agenda Global para o Serviço Social e para o Desenvolvimento Social (IASSW, ICSW e IFSW, 2012), como pela Agenda 2030 (ONU, 2015).

A Agenda Global para o Serviço Social e para o Desenvolvimento Social (IASSW, ICSW e IFSW, 2012) é um documento desenvolvido por três associações internacionais representativas da profissão - IASSW, ICSW e IFSW - que traça as linhas estratégicas a serem tomadas por assistentes sociais em todo o mundo, estando em linha com a definição

global da profissão na defesa dos direitos humanos e justiça social (IFSW, 2014a). Na Agenda Global são consideradas quatro prioridades para o Serviço Social ao nível global: a promoção da equidade social e económica, a promoção da dignidade e o valor das pessoas, o trabalho em direção à sustentabilidade ambiental e o reforço do reconhecimento da importância das relações humanas. Este documento teve a capacidade de gerar debate em torno dos quatro pilares que sugere como prioritários para o Serviço Social, tornando-se uma plataforma para a discussão de temas atuais da profissão.

Traça-se agora o caminho para uma nova década que se prevê desafiante, estando atualmente a ser desenvolvida uma nova Agenda Global para 2020-2030 que não só dê continuidade às prioridades delineadas em 2012, mas que igualmente aborde novas questões emergentes na sociedade. No documento “Reflections on the next Global Agenda” (IASSW, ICSW e IFSW, 2019), um dos pontos em comum das contribuições dadas pelas três instituições passa pelas questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental, económica e social, sendo o Desenvolvimento Sustentável um ponto central a ser tomado em conta pelo Serviço Social numa próxima década. Importa realçar que formular uma estratégia para a década que se iniciou em 2020 significa também responder às questões sociais, económicas e de saúde impostas pela pandemia COVID-19. Segundo Barbier & Burgess (2020), a pandemia acentuou as desigualdades sociais e económicas, desacelerando os progressos que estavam a ser alcançados de forma gradual em todo o mundo, tendo tido repercussões ao nível do investimento e do cumprimento das metas propostas pela Agenda 2030. Sendo os assistentes sociais profissionais que se encontram na linha da frente no combate à pandemia e seus efeitos colaterais ao nível económico e social (Amadasun, 2020), é essencial que não percam de vista o panorama global e enveredem por uma atuação que possibilite o desenvolvimento social e sustentável nos campos em que exercem a sua ação profissional.

No relatório sobre o terceiro pilar da Agenda Global - trabalho em direção à sustentabilidade ambiental - considera-se que a relação entre o Serviço Social e a Agenda 2030 é clara e que os profissionais podem até tomar a liderança na implementação de alguns dos ODS, dada a sua proximidade com as populações vulneráveis e o seu papel como via de comunicação e incentivo à participação dessas populações num processo de mudança social e sustentável (IASSW, ICSW & IFSW, 2018). Em concordância, Healy & Thomas (2020), entendem que o Serviço Social pode ser particularmente importante para a prossecução da Agenda 2030 pelo facto dos assistentes sociais serem profissionais que asseguram que ninguém é deixado para trás e que é dada a atenção devida a cada indivíduo e suas problemáticas específicas. Esta visão vai ao encontro da apresentada no relatório sobre o

segundo pilar da Agenda Global, que indica que não é possível promover o Desenvolvimento Sustentável sem reconhecer a dignidade humana e o valor de cada pessoa de forma coerente e consistente, sendo também responsabilidade do assistente social promover o respeito e bem-estar de todas as pessoas independentemente de questões como a idade, cor, nacionalidade ou etnia (IASSW, ICSW & IFSW, 2016).

O desafio imposto aos assistentes sociais em todo o mundo é o de associar uma visão global a uma atuação local que possibilite o cumprimento integrado dos ODS propostos pela Agenda 2030, tendo em conta a integração entre todos os níveis de intervenção e a interdependência entre questões sociais, ambientais e económicas (Jayasooria, 2016). Lombard (2015) constata que as prioridades tomadas pelo Serviço Social na Agenda Global estão em linha com os objetivos traçados pela ONU em 2015, associando a cada um dos pilares os ODS correspondentes.

Quadro II.2 - Relação entre os ODS e a Agenda Global para o Serviço Social e para o Desenvolvimento Social

Agenda Global (IASSW, ICSW e IFSW, 2012)	Agenda 2030 (ONU, 2015)
Promoção da equidade social e económica	<p>ODS 5: Igualdade de género</p> <p>ODS 8: Trabalho digno e crescimento económico</p> <p>ODS 9: Indústria, inovação e infraestruturas</p> <p>ODS 10: Reduzir as desigualdades</p> <p>ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis</p>
Promoção da dignidade e o valor das pessoas	<p>ODS 1: Erradicar a pobreza</p> <p>ODS 2: Erradicar a fome</p> <p>ODS 3: Saúde de qualidade</p> <p>ODS 4: Educação de qualidade</p>
Promoção da sustentabilidade ambiental	<p>ODS 6: Água potável e saneamento</p> <p>ODS 7: Energias renováveis e acessíveis</p> <p>ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis</p> <p>ODS 12: Produção e Consumo Sustentáveis</p> <p>ODS 13: Ação Climática</p> <p>ODS 14: Proteger a Vida Marinha</p> <p>ODS 15: Proteger a Vida Terrestre</p>
Reconhecimento da importância das relações humanas	ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes
Transversal	ODS 17: Parcerias para a Implementação dos Objetivos

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Lombard (2015).

O quadro II.2 apresenta a associação proposta por Lombard (2015) entre os ODS e as prioridades propostas para o Serviço Social pela Agenda Global (IASSW, ICSW e IFSW, 2012). Ao olhar o quadro na sua globalidade compreendemos que o desafio da prossecução do Desenvolvimento Sustentável implica a integração de todos os elementos. A transversalidade do objetivo relativo às parcerias (ODS 17) mostra a importância de um trabalho colaborativo sem o qual não é possível alcançar o Desenvolvimento Sustentável dado que diferentes áreas se associam, mais ou menos, a cada um dos objetivos, podendo dar diferentes contribuições para uma mesma causa. Denota-se ainda a importância do ODS 16, que a autora associa ao terceiro pilar da Agenda Global, mas que também assume um carácter transversal no sentido em que não se pode alcançar um desenvolvimento que seja sustentável sem que haja paz e justiça promovida por instituições aptas e eficazes que reconheçam o valor de cada indivíduo e das relações humanas.

Apesar de algumas das relações estabelecidas no quadro II.2 parecerem evidentes, noutros casos são menos perceptíveis. É inquestionável o compromisso do Serviço Social com questões como a redução das desigualdades, a erradicação da pobreza e da fome, a universalidade dos sistemas de proteção social, a promoção do bem-estar e saúde, ou até a promoção do emprego justo e ético. O desafio impõe-se quanto ao lado dessas questões surgem ou se sobrepõem outras, relacionadas com a gestão sustentável dos recursos naturais, a proteção da vida marinha e dos ecossistemas terrestres ou com as infraestruturas, indústria e inovação. Uma ação que promova o Desenvolvimento Sustentável tem necessariamente de tomar uma visão holística que permita a associação entre questões sociais, económicas e ambientais, por isso é essencial que os assistentes sociais assumam uma abordagem ecosocial que permita não apenas cumprir a estratégia proposta pela Agenda 2030 mas que vá para além daquilo que é proposto de modo a conceber uma sociedade justa de e para todos (Rinkel & Powers, 2019).

A sociedade no seu todo deve enveredar por um caminho que possibilite a justiça ecológica e valorize cada ser humano e suas capacidades e complexidades de modo a gerar progresso, equidade e igualdade para todos. O Serviço Social deve ser parte ativa nesta transição para um modelo mais sustentável, assumindo uma perspetiva crítica que possibilite não só a implementação de estilos de vida sustentáveis, mas que também se posicione a um nível político e estrutural, elevando as condições sociais, ambientais e económicas, local e globalmente (Rinkel & Powers, 2019). Assim sendo, compreende-se que o Desenvolvimento Sustentável é uma condição fundamental para garantir o bem-estar social, económico e ambiental de todos os seres humanos.

CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

1. Método científico

Em ciências sociais a investigação é um processo flexível, objetivo e sistemático que procura problematizar questões e descrever, compreender, explicar ou explorar problemas (Coutinho, 2015). Em Serviço Social, especificamente, a investigação deve, segundo Ferreira (2011), estar ligada à prática, existindo uma ligação que permita a teorização da área científica, suportando, simultaneamente, as práticas levadas a cabo no campo profissional, assegurando a circularidade do conhecimento. Tendo isso em conta, o presente estudo pretende caracterizar algumas dimensões relacionadas com a promoção do Desenvolvimento Sustentável em Serviço Social, criando um contributo que descreva alguns aspetos das práticas profissionais e possibilite a exploração e aprofundamento futuro.

A pesquisa realizada tem um carácter exploratório, tendo como finalidade proporcionar uma visão geral aproximada sobre as perspetivas e práticas dos assistentes sociais sobre a Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 (ONU, 2015). Toma-se assim como pergunta de partida: *Qual a perceção dos assistentes sociais sobre o Desenvolvimento Sustentável na sua ação profissional?*, com esta pergunta visa-se perceber se os assistentes sociais consideram que podem contribuir para o Desenvolvimento Sustentável e entender se já o fazem de alguma forma, ao agir em prol dos ODS traçados pela Agenda 2030 e/ou ao integrar as dimensões social, ambiental e económica durante a ação profissional.

Este tipo de pesquisa, segundo Gil (1985:27), é utilizada quando um tema ainda é pouco explorado e se torna difícil “formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”, tendo em vista a aproximação à realidade e o levantamento de questões para futura exploração e aprofundamento. Apesar de, nas pesquisas exploratórias, serem normalmente utilizados métodos de recolha de dados de carácter qualitativo (Gil, 1985), no presente estudo optou-se pela utilização de um inquérito por questionário. De acordo com Cohen et al. (2007) os inquéritos por questionário podem ser exploratórios quando se procura explorar possíveis padrões e relações. No presente estudo pretende-se, através de uma análise descritiva dos dados perceber a perceção dos profissionais sobre a sua contribuição para a prossecução do Desenvolvimento Sustentável através do trabalho que realizam diariamente.

A escolha de um instrumento de pesquisa de carácter quantitativo permite que os dados recolhidos sejam mensuráveis e, no presente estudo, terão o propósito de considerar as atitudes dos assistentes sociais em relação a questões que se associam ao Desenvolvimento Sustentável. Tendo presente que medir atitudes impõe desafios relacionados com a

subjetividade com que as pessoas leem os seus comportamentos, ir-se-á fazer inferências baseadas em respostas dadas de forma mais ou menos positiva em relação a questões postas sobre o objeto em análise (Roberts, 2010).

As unidades de análise utilizadas para determinar a contribuição do Serviço Social para o Desenvolvimento Sustentável foram: a frequência da utilização de cada um os ODS, a importância dada às dimensões social, económica e ambiental, o reconhecimento do Desenvolvimento Sustentável como parte da missão da profissão, a transversalidade do Desenvolvimento Sustentável nos campos de intervenção, a interdisciplinaridade e as dimensões preventiva e reativa associadas a questões ambientais em Serviço Social.

2. Construção da Amostra

A amostra foi recolhida com base em dois critérios: ser assistente social (tendo como formação de base o curso de Serviço Social ou Política Social) e estar a exercer a profissão no momento do preenchimento do inquérito.

Trata-se de uma amostra não probabilística recolhida segundo o método de amostragem “bola de neve” (Bryman, 2012). Assim sendo, para difusão do inquérito recorreu-se à divulgação em grupos associados ao Serviço Social nas redes sociais e à partilha dos próprios profissionais com redes de contacto pessoais.

3. Técnicas de recolha e análise de dados

A recolha de dados foi feita através de um inquérito por questionário que esteve ativo durante 44 dias, tendo sido lançado a 05 de agosto de 2020 e encerrado a 18 de setembro de 2020. Ao longo desse período foram recolhidas 320 respostas, cuja análise e discussão é feita no próximo capítulo. Antes do lançamento do inquérito foi realizada uma fase de testagem a um grupo experimental composto por três pessoas no qual se desenvolveram alguns ajustes ao instrumento de recolha de dados, a chamada fase de pré-teste (Bryman, 2012).

O inquérito⁵ é composto por cinco secções, sendo a primeira a recolha do consentimento informado, salvaguardando o anonimato e confidencialidade das respostas. Na segunda secção é feita apenas uma pergunta de carácter exclusivo (uma pergunta de contingência segundo Neuman (2014)), na qual, se o inquirido respondesse não estar

⁵ Consultar Anexo E – Inquérito: Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável

atualmente a exercer a sua atividade profissional enquanto assistente social, seria direcionado automaticamente para a submissão do formulário. A terceira secção do inquérito é composta por quatro perguntas de caracterização da amostra, sendo a primeira de resposta aberta e as restantes de resposta fechada. No que concerne a quarta secção, na qual se pretende entender de que forma é que o Serviço Social contribui para o Desenvolvimento Sustentável, é composta por cinco perguntas, todas elas de resposta fechada, incluindo três que recorrem a escalas de likert para compreensão das perspetivas tomadas pelos inquiridos. A expressão “ação profissional”, utilizada nesta secção para questionar os inquiridos sobre as suas práticas enquanto assistentes sociais, pretende integrar todas as tarefas e fases do processo da intervenção do profissional, tanto ao nível individual como grupal, comunitário, estrutural e outros (Leal, 2018). Por fim, na última secção, os inquiridos podem demonstrar o seu interesse em responder a uma entrevista sobre o tema e deixar o seu e-mail para entrarmos em contacto.

Optou-se por realizar um inquérito online com a utilização da plataforma Microsoft Forms do Office 365 disponibilizada pelo Iscte. Os dados recolhidos foram exportados em formato Excel e codificados em compatibilidade com SPSS, software utilizado neste estudo para o tratamento estatístico dos dados.

4. Limitações e constrangimentos

Ao longo do desenvolvimento do estudo foram encontradas algumas limitações e constrangimentos. Inicialmente previa-se a adoção de um método misto, que supunha a utilização de inquéritos, para a perceção global de perspetivas e práticas de assistentes sociais, e a aplicação de entrevistas semiestruturadas, para o aprofundamento da análise das perceções sobre a contribuição que o Serviço Social pode dar para o Desenvolvimento Sustentável. Com as limitações impostas pela pandemia Covid-19, e dado que o tempo para realização do estudo é limitado, optou-se por desenvolver um estudo de caráter exploratório com base no inquérito elaborado para perceção de atitudes e práticas profissionais dos assistentes sociais em relação ao Desenvolvimento Sustentável. A possibilidade deixada no inquérito para o futuro contacto, tendo em vista realização de uma entrevista, reflete a opção metodológica tomada inicialmente no presente estudo.

Foram também encontradas algumas limitações na inquirição online como a impossibilidade de controlar a forma como são dadas as respostas e o risco de o inquérito não ser preenchido na totalidade, limitações estas que são referidas por Comber (1997) num

artigo sobre os métodos de inquirição online. Apesar de se ter tentado controlar as respostas com uma pergunta inicial de carácter exclusivo, existe a possibilidade de ter havido respostas de pessoas que não pertencem ao público alvo do presente estudo. Acresce a isso o facto de, devido a um erro no inquérito, não se ter tornado a última pergunta da IV secção obrigatória, tendo havido uma parte dos inquiridos a não responder à mesma. Apesar disso, a inquirição online revelou-se a melhor opção por garantir a confidencialidade e pela capacidade de alcance que obteve em menos de dois meses.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo procura-se analisar e discutir os dados recolhidos. Inicialmente, é elaborada uma breve caracterização da amostra recolhida e, em seguida, apuram-se as perceções dos inquiridos em relação ao Desenvolvimento Sustentável em Serviço Social através de uma análise descritiva dos dados em análise. No final do capítulo desenvolve-se ainda uma breve discussão dos resultados obtidos.

1. Caracterização dos inquiridos

Apesar de terem sido recolhidas 320 respostas ao inquérito, apenas 236 foram consideradas válidas, valor que corresponde aos 74% dos inquiridos que responderam estar a exercer a sua atividade profissional enquanto assistentes sociais no momento do preenchimento do inquérito.

Tendo em conta que o presente estudo tem como objetivo identificar perceções e atitudes de assistentes sociais, a primeira questão da secção de caracterização da amostra foi acerca da formação de base dos inquiridos. No quadro IV.3 podemos ver que 98,2% dos inquiridos têm formação em Serviço Social ou política social e os restantes (0,4%) afirmam ter outra formação de base. A análise feita no presente capítulo incidiu apenas sobre os inquiridos que responderam ter formação em Serviço Social ou Política social.

Quadro IV.3 - Formação de base dos inquiridos

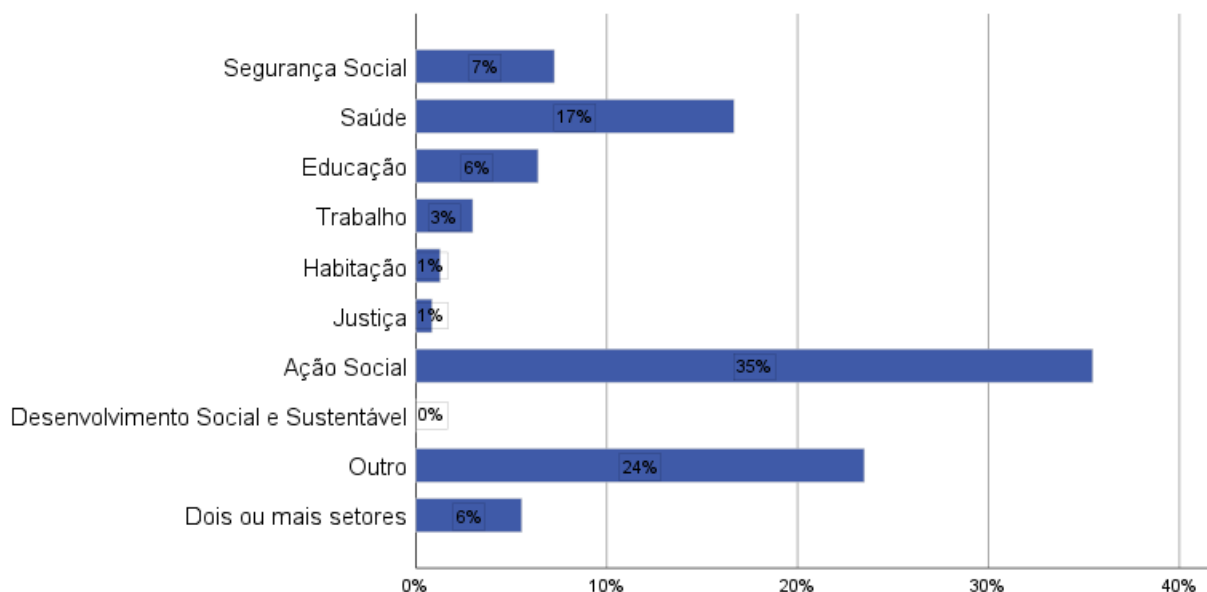
	N	%
Serviço Social ou Política Social	234	98,2%
Outra	2	0,8%
Total	236	100%

Fonte: Elaboração própria

Na figura IV.2 podemos observar a distribuição dos inquiridos por setor de intervenção. Foram considerados os setores definidos pelo Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal (APSS, 2018). Podemos verificar que a maioria dos inquiridos (35%) exerce a sua atividade profissional no setor da Ação Social, seguindo-se os que exercem noutra setor não contemplado no questionário. Estes últimos referem exercer a sua atividade profissional em campos como a gerontologia, os comportamentos aditivos, o trabalho com crianças e jovens e outros. Seguem-se os inquiridos que trabalham no setor da saúde (17%), da segurança social (7%) e da educação (6%). Houve ainda profissionais que indicaram trabalhar

em mais do que um dos referidos setores de intervenção, representando 6% dos inquiridos; importa referir que uma dessas respostas incluía um inquirido que exerce a sua atividade profissional no setor do desenvolvimento social e sustentável, setor que na figura IV.2 não contabiliza qualquer resposta, inferindo que nenhum dos profissionais inquiridos trabalha exclusivamente nesse setor. Em menor percentagem encontram-se os inquiridos que trabalham no setor do trabalho (3%), da habitação (1%) e da justiça (1%).

Figura IV.2 - Setor de intervenção

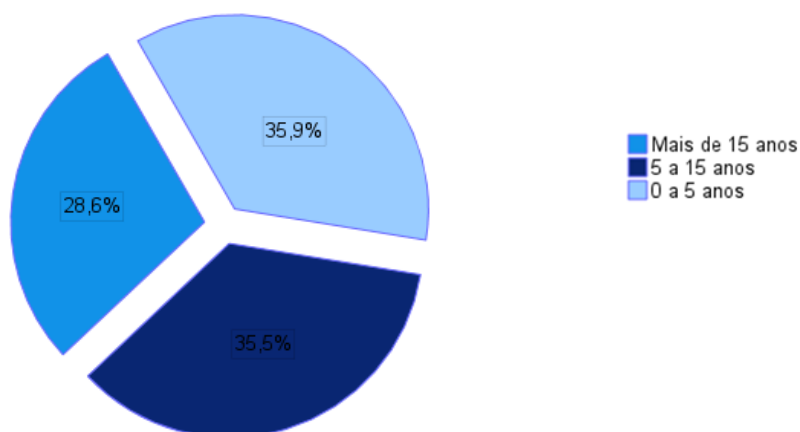


Fonte: Elaboração própria

Dados do inquérito indicam ainda que a maioria dos inquiridos (53,8%) já exerceu a sua atividade profissional enquanto assistente social noutros setores de intervenção, enquanto os restantes 46,2% sempre exerceram a profissão no setor em que estão a trabalhar atualmente.

No que respeita ao tempo de exercício da atividade profissional, na figura IV.3 percebemos que os profissionais com 0 a 5 anos de experiência representam 35,5% dos inquiridos, valor próximo dos profissionais com 5 a 15 anos de experiência, que representam 35,9%. Em menor percentagem responderam ao questionário os profissionais com mais de 15 anos de experiência, refletindo 28,6% do total.

Figura IV.3 - Tempo de exercício da atividade profissional enquanto assistente social



Fonte: Elaboração própria

2. Ação profissional e Prossecução do Desenvolvimento Sustentável

• Serviço Social, Desenvolvimento Sustentável e ODS

Os resultados obtidos pelo inquérito mostram-nos que a maioria dos profissionais inquiridos considera que o Serviço Social pode contribuir para o Desenvolvimento Sustentável e que os ODS, formulados pela Agenda 2030 (ONU, 2015), estão em linha com os objetivos do Serviço Social.

Quadro IV.4 - Serviço Social, Desenvolvimento Sustentável e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

	Sim		Não	
	N	%	N	%
Considera que o Serviço Social pode contribuir para a prossecução do Desenvolvimento Sustentável?	231	98,7%	3	1,3%
Considera que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estão em linha com objetivos do Serviço Social como profissão e disciplina científica?	216	92,3%	18	7,7%

Fonte: Elaboração própria

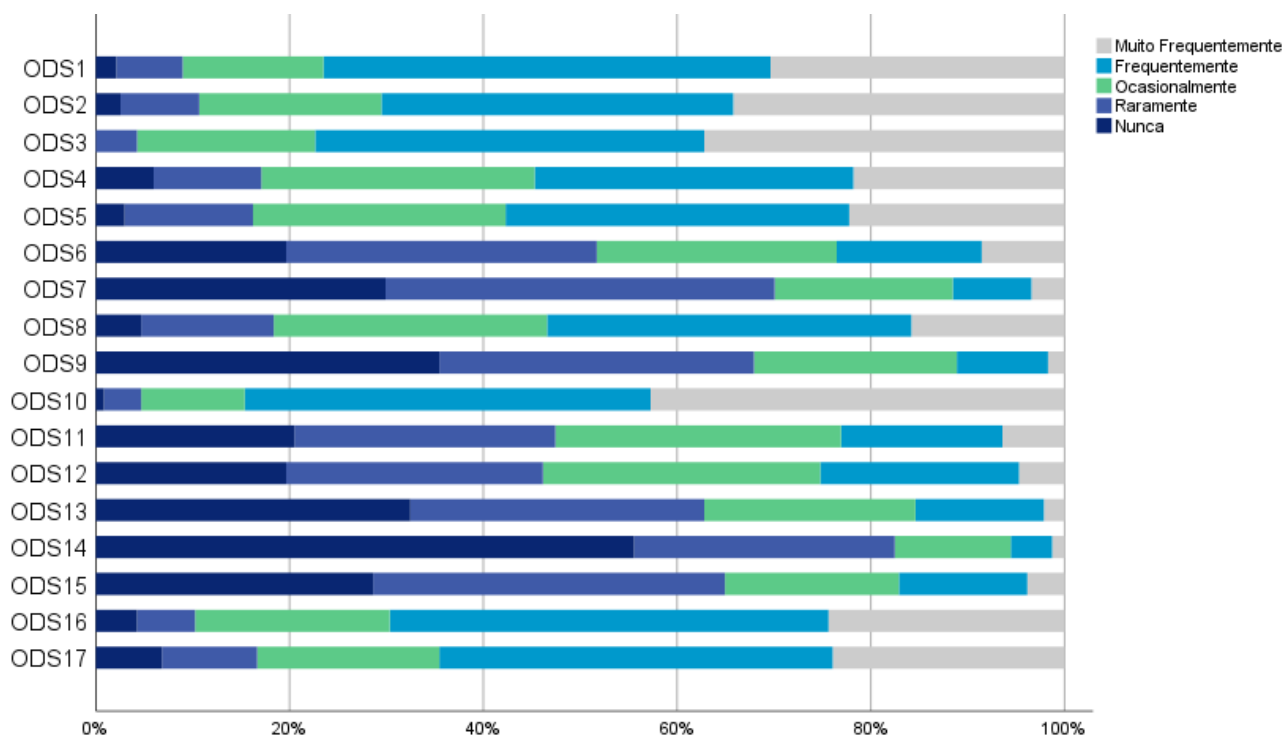
No quadro IV.4 percebemos que a maioria dos inquiridos (98,7%) consideram que a profissão e disciplina científica pode contribuir para a prossecução do Desenvolvimento Sustentável. Paralelamente, quando questionados se os ODS estão em linha com os objetivos

do Serviço Social, o número de respostas positivas diminui e, apesar de a maioria dos inquiridos (92,3%) se mostrarem em concordância, 7,7% consideram que os ODS não estão em linha com o Serviço Social. Consta-se que houve um número de inquiridos superior a responder positivamente à primeira pergunta do que à segunda, mas ambas registam mais de 90% de respostas positivas.

- **Ação Profissional e frequência de utilização dos ODS**

A questão seguinte procurou perceber com que frequência é que os profissionais trabalham em prol de cada um os dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na sua ação profissional enquanto assistentes sociais.

Figura IV.4 - Frequência com que os inquiridos trabalham em prol de cada um dos ODS na sua ação profissional enquanto assistentes sociais



Fonte: Elaboração própria

O objetivo utilizado com menos frequência é o ODS 14 (Proteger a vida marinha). Mais de metade dos inquiridos (56%) afirmam nunca trabalhar em prol desse objetivo e 27% raramente o fazem, em contraste com apenas 6% que o utilizam frequentemente ou muito frequentemente. Em seguida, os ODS menos utilizados são o 7 (Energias Renováveis e acessíveis), 9 (Indústria, inovação e infraestruturas), 13 (Ação Climática) e 15 (Proteger a Vida

terrestre). Em todos estes objetivos a não utilização ronda os 30% e as respostas que indicam que são utilizados raramente estão entre os 30% e os 40%; a resposta “ocasionalmente” representa, nesses objetivos, cerca de 20% dos inquiridos, sendo reduzida a percentagem de profissionais que os utiliza frequentemente ou muito frequentemente na sua ação profissional.

Seguindo a ordem crescente, os ODS 6 (Água Potável e Saneamento), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 12 (Produção e consumo Sustentáveis) apresentam uma distribuição que já indica que existe valores mais altos de frequência de utilização por parte dos inquiridos. A percentagem de profissionais que afirma nunca utilizar esses objetivos ronda os 20%; os que respondem “raramente” representam 27% dos inquiridos nos ODS 11 e 12, e 32% no ODS 6. Tanto no ODS 11 como no 12 a percentagem de inquiridos que afirma utilizá-los ocasionalmente, frequente ou muito frequentemente ultrapassa os 50%. No ODS 6 está um pouco abaixo dos 50%.

Passando agora aos objetivos utilizados com maior frequência pelos profissionais na sua ação profissional, podemos ver na figura IV.4 que os ODS 1 (Erradicar Pobreza) e 2 (Erradicar a Fome) são utilizados com muita frequência por 30% e 34% dos inquiridos, respetivamente, e frequentemente por 46% e 36%, respetivamente, sendo reduzido o número de inquiridos que raramente ou nunca trabalham em prol destes ODS (abaixo de 12% em ambos os casos). Quanto aos ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de género) e 8 (Trabalho digno e crescimento económico), as respostas “raramente” e “nunca” encontram-se ligeiramente abaixo dos 20%; os inquiridos que respondem “ocasionalmente” representam 26% a 28% da amostra e, dessa forma, mais de metade dos inquiridos respondem trabalhar em prol desses objetivos frequente ou muito frequentemente.

De acordo com a figura IV.4 podemos ainda verificar que nenhum dos profissionais respondeu nunca trabalhar em prol do ODS 3 (Saúde de qualidade) e apenas 1% afirma nunca trabalhar em prol do ODS 10 (Reduzir desigualdades), sendo também reduzida a percentagem de profissionais que respondem que raramente o fazem (4% em ambos). Quem responde “ocasionalmente” consubstancia apenas 18% no ODS 3 e de 11% no ODS 10. Deste modo, podemos afirmar que a maioria dos inquiridos trabalha frequentemente ou muito frequente em prol da saúde de qualidade e da redução das desigualdades no exercício da sua profissão enquanto assistentes sociais.

Por fim, no que concerne à ação profissional dos inquiridos em prol dos ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições eficazes) e 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos), o gráfico ilustra que mais de 60% dos profissionais o faz frequente ou muito frequentemente e que

quem afirma fazê-lo ocasionalmente representa cerca de 20% da amostra. No ODS 16 os inquiridos que respondem “raramente” ou “nunca” são apenas 10% e no ODS 17 a percentagem é um pouco mais alta, de 17%.

Percebemos assim, com base na figura IV.4, que:

- Os ODS mais frequentemente utilizados são: ODS 1: Erradicar a pobreza; ODS 2: Erradicar a fome; ODS 3: Saúde de qualidade; ODS 4: Educação de qualidade; ODS 5: Igualdade de género; ODS 8: Trabalho digno e crescimento económico e ODS 10: Reduzir as desigualdades.
- Os ODS que se situam numa distribuição média são: ODS 6: Água Potável e Saneamento; ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 12: Produção e consumo Sustentáveis; ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes e ODS 17: Parcerias para a Implementação dos Objetivos.
- Os ODS menos frequentemente são: ODS 7: Energias renováveis e acessíveis; ODS 9: Indústria, inovação e infraestruturas; ODS 13: Ação Climática; ODS 14: Proteger a Vida Marinha e ODS 15: Proteger a Vida Terrestre.

O quadro IV.5 ilustra a frequência média de utilização de diferentes grupos de ODS. Para esta análise os ODS foram agrupados pelos cinco eixos traçados pela ONU (2015): Pessoas, considerando estes os ODS de caráter social (1, 2, 3, 4, 5), Prosperidade, considerada como a dimensão económica (7, 8, 9, 10, 11), Ambiente (6, 12, 13, 14, 15) e Paz e Parcerias (16, 17), ambos agrupados nos ODS transversais. A escala apresentada para a análise é de 1 a 5, sendo 1 nunca e 5 muito frequentemente.

Quadro IV.5 - Frequência média de utilização dos ODS

	Média
ODS Sociais (Pessoas)	3,82
ODS Económicos (Prosperidade)	2,91
ODS Ambientais (Ambiente)	2,29
ODS Transversais (Paz e Parcerias)	3,72

Fonte: Elaboração própria

Pela análise do quadro IV.5 afere-se que os ODS mais frequentemente utilizados na ação profissional são os sociais, sendo a frequência média de utilização na ação profissional de 3,82, valor aproximado ao nível “frequentemente”. Também os objetivos de caráter transversal para promoção da paz e parcerias apresentam um nível alto de frequência. Por

outro lado, os menos frequentemente utilizados são os económicos (2,91), que se aproximam do patamar “ocasionalmente”, e os ambientais (2,29), próximos do nível “raramente”.

Nos dados extraídos do inquérito não foram encontradas associações ou correlações entre variáveis, pelo que não se pode afirmar que no quadro IV.6 uma variável dependa da outra. No entanto, os resultados mantêm a sua relevância para análise, exibindo a distribuição da frequência média de utilização dos ODS sociais, económicos, ambientais e transversais, por setor de intervenção.

Consegue-se perceber no quadro IV.6 que, de acordo com os dados gerais, os ODS sociais são genericamente os mais frequentemente utilizados pelos inquiridos, salvo nos setores do trabalho, habitação, justiça e nos inquiridos que respondem outro setor, sendo nesses casos os ODS transversais os mais utilizados. O setor da justiça é o único onde a frequência de utilização dos ODS sociais se aproxima mais da resposta “ocasionalmente”, sendo que nos restantes setores as respostas se aproximam mais do nível “frequentemente”.

Os ODS transversais são, a seguir aos sociais, os mais frequentemente utilizados, registando valores médios que se posicionam entre o “ocasionalmente” e o “frequentemente”. Por sua vez, os ODS económicos registam valores médios que se inserem mais no nível “ocasionalmente”; apenas o setor da habitação aproxima timidamente as respostas do “frequentemente”.

Quadro IV.6 - Frequência média de utilização dos ODS por setor de intervenção

	ODS Sociais (Pessoas)	ODS Económicos (Prosperidade)	ODS Ambientais (Ambiente)	ODS Transversais (Paz e Parcerias)
Segurança Social	4,00	3,06	2,42	3,76
Saúde	3,82	2,81	2,22	3,47
Educação	3,99	2,75	2,28	3,33
Trabalho	3,69	3,34	2,09	3,86
Habitação	3,80	3,53	3,33	4,33
Justiça	3,40	2,60	2,10	4,25
Ação Social	3,84	2,95	2,33	3,81
Desenvolvimento Social e Sustentável
Outro	3,73	2,87	2,24	3,85
Dois ou mais setores	3,88	2,77	2,17	3,46

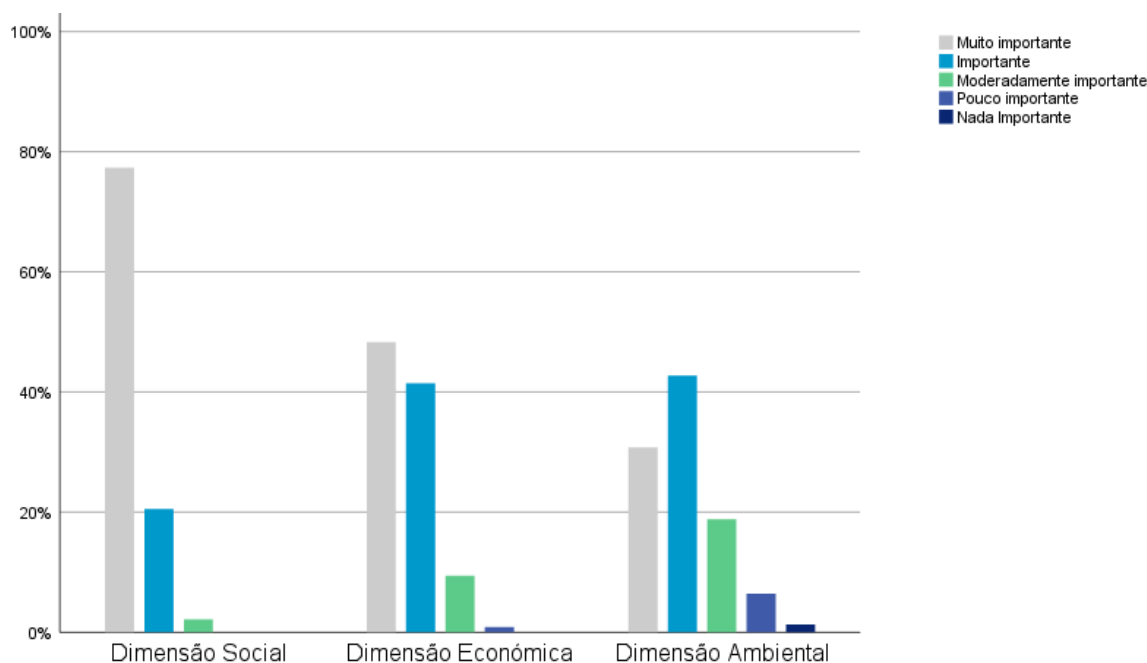
Fonte: Elaboração própria

O setor no qual os inquiridos responderam utilizar com mais frequência os ODS ambientais é o da habitação, sendo este o único setor que se aproxima do valor referente a “ocasionalmente”, e estando os restantes mais próximos da resposta “raramente” para os ODS ambientais. Os setores de intervenção onde se utiliza com menor frequência os ODS ambientais são o do trabalho e da justiça, seguidos pelos indivíduos que respondem exercer em dois ou mais setores.

- **Ação Profissional e importância dada às Dimensões Social, Ambiental e Económica**

A importância média dada a todas as dimensões no seu conjunto foi de 4,36 numa escala de 1 a 5, sendo 1 nada importante e 5 muito importante. Se compararmos este valor aos valores médios individuais de cada uma das dimensões percebemos que a dimensão menos importante para os inquiridos é a ambiental (3,95 – abaixo da média global) e a mais importante a social (3,75 – acima da média global). A dimensão económica mantém-se no valor médio. Na figura IV.5 podemos ver a distribuição das respostas dadas pelos inquiridos.

Figura IV.5 - Importância dada às dimensões social, económica e ambiental



Fonte: Elaboração própria

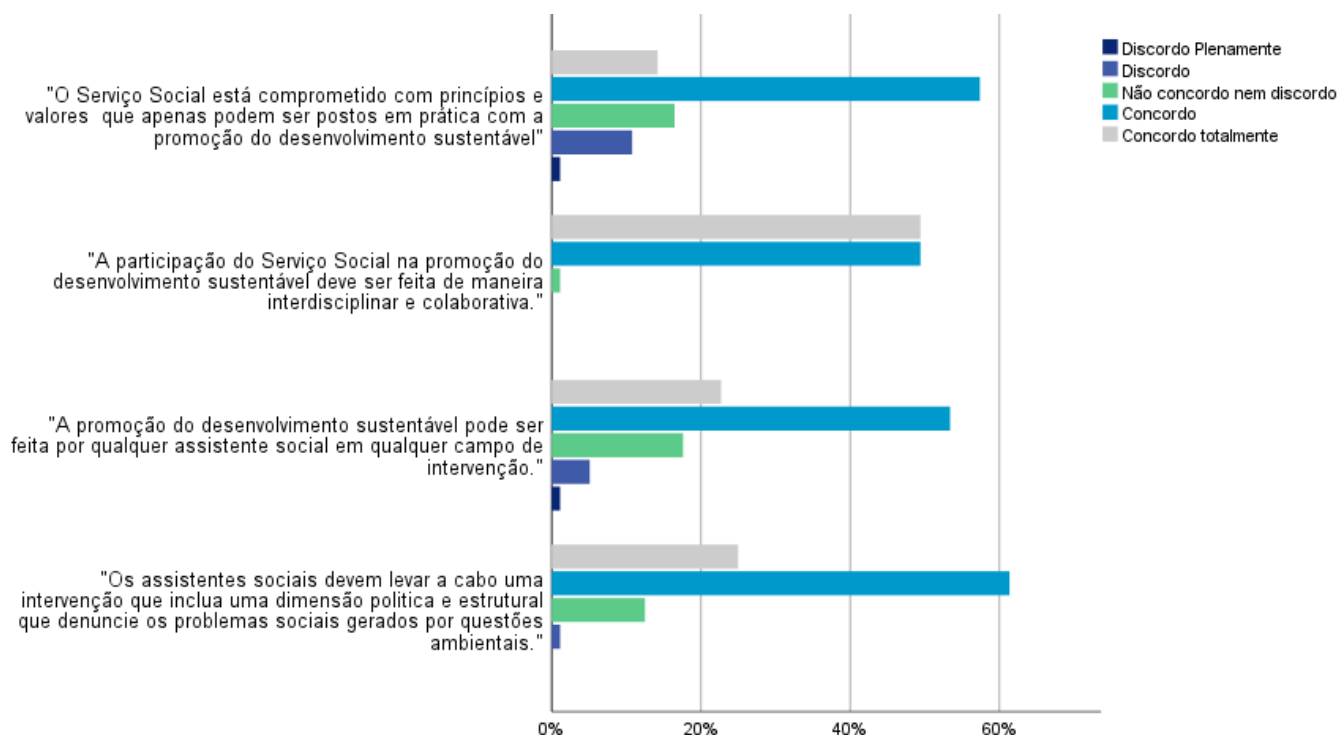
Verifica-se que a importância dada à dimensão social é alta: 77,4% dos inquiridos consideram-na muito importante, 20,5% respondem “importante”, 2,1% dizem ser moderadamente importante e nenhum a considera pouco ou nada importante. Analisando a

dimensão económica, constata-se que não lhe é dada tanta importância como à social. 0,9% dos inquiridos consideram essa dimensão pouco importante, 9,4% responde “moderadamente importante” e os restantes concebem-na importante (41,5%) ou muito importante (48,3%). A dimensão ambiental é a que regista menor importância dada pelos inquiridos, sendo que 1,3% a consideram nada importante e 6,4% pouco importante. É a única dimensão em que existem mais indivíduos a concebê-la como importante (42,7%) do que muito importante (30,8%), existindo ainda 19.1% que a consideram moderadamente importante.

- **Concordância dos inquiridos com questões relacionadas com a promoção do Desenvolvimento Sustentável**

As figuras IV.6 e IV.7 exibem o nível de concordância dos inquiridos com algumas frases que têm por base as ideias chave apresentadas capítulo I do presente estudo. É importante referir que, por a questão não ter sido marcada como obrigatória inicialmente, apenas 177 dos inquiridos responderam.

Figura IV.6 - Concordância com afirmações



Fonte: Elaboração própria

Na primeira frase apresentada no gráfico pressupõe-se que os princípios e valores do Serviço Social apenas podem ser postos em prática com a promoção do Desenvolvimento

Sustentável. Mais de metade dos inquiridos (57,4%) responderam “concordo”, 14,2% concordam totalmente e 16,5% não concordam nem discordam. Por outro lado, as respostas que afirmam discordar da frase representam 10,8% e 1,1% discordam totalmente.

Nas respostas à segunda frase apresentada na figura IV.6 - "A participação do Serviço Social na promoção do Desenvolvimento Sustentável deve ser feita de maneira interdisciplinar e colaborativa." - percebe-se que nenhum dos inquiridos responde “discordo” ou “discordo totalmente”. Quase todos os inquiridos concordam (49,4%) ou concordam totalmente (49,4%) com a frase e apenas 1,1% não tomam posição.

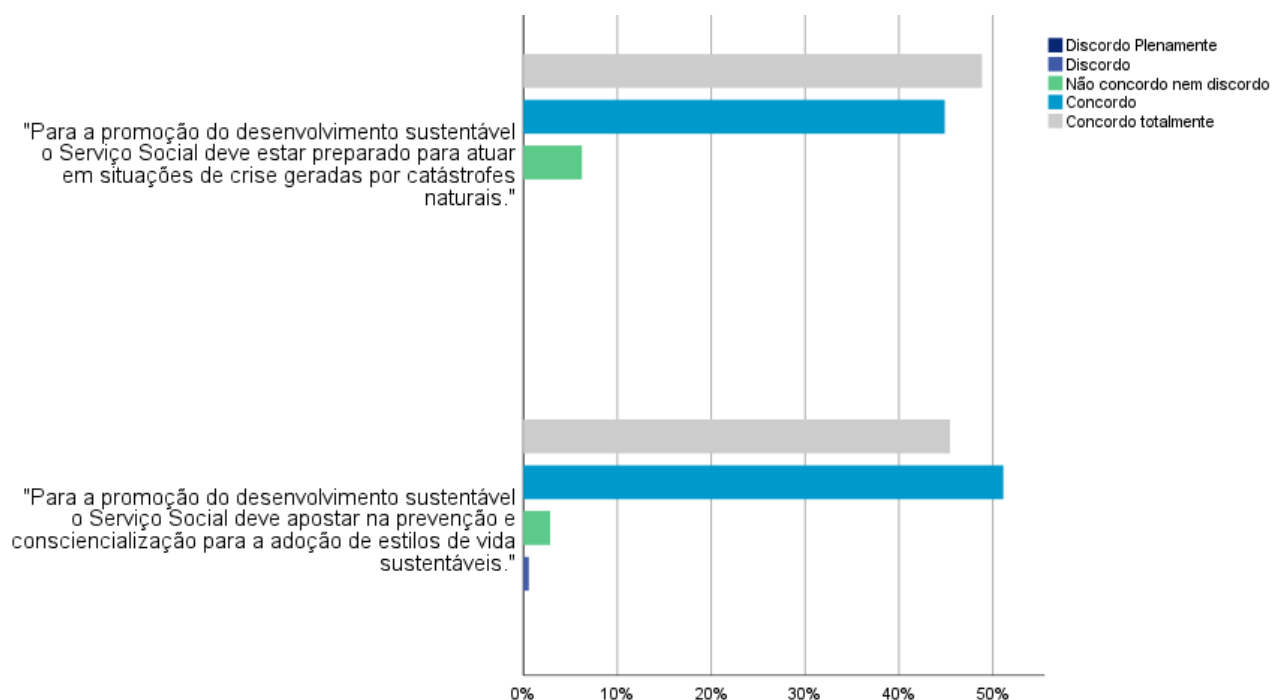
Os profissionais que respondem “concordo” à terceira frase - "A promoção do Desenvolvimento Sustentável pode ser feita por qualquer assistente social em qualquer campo de intervenção." - representam 53,4% dos inquiridos, existindo ainda 22,7% que concordam totalmente. Houve 1,1% a discordar totalmente e 5,1% a discordar da frase; os restantes 17,6% não concordam nem discordam.

Por fim, mais de 60% dos inquiridos responderam concordar com a última frase apresentada na figura IV.6 - "Os assistentes sociais devem levar a cabo uma intervenção que inclua uma dimensão política e estrutural que denuncie os problemas sociais gerados por questões ambientais." -; para além disso, 25% dos inquiridos concorda totalmente, não existindo nenhum a discordar totalmente e apenas 1.1% a responder “discordo”. Os restantes 12,5% não tomaram posição quanto a esta afirmação.

Percebemos assim na figura IV.6 que, em todas as frases, a maioria dos inquiridos respondeu “concordo”, apenas na segunda houve uma aproximação das pessoas que que concordam totalmente com as que concordam. Apenas duas das frases, a primeira e a terceira, mostram um grau de discordância (total ou parcial) superior a 1%, porém não ultrapassando os 7%. Entende-se assim, que a frase com a qual os inquiridos menos concordam é a primeira com um nível médio de concordância de 3,7 (numa escala de 1 a 5, sendo 1 discordo totalmente e 5 concordo totalmente), na qual se assume que os princípios e valores do Serviço Social apenas podem ser postos em prática com a prossecução do Desenvolvimento Sustentável. Seguidamente, a menor concordância é com a terceira frase (em média 3,9) que assume que a promoção do Desenvolvimento Sustentável pode ser feita por qualquer assistente social em qualquer campo de intervenção. A quarta frase, referente à importância da dimensão política e estrutural na atuação dos assistentes sociais tem um nível médio de concordância de 4,1, que, apesar de ser maior do que os níveis de concordância

dados à primeira e terceira frases, encontra-se abaixo segunda frase, relacionada com a importância da interdisciplinaridade (média de 4,5).

Figura IV.7 - Concordância com afirmações



Fonte: Elaboração própria

Passando agora à figura IV.7, ambas as frases apresentam uma concordância média que ronda os 4,4, apresentando, existindo apenas algumas diferenças na distribuição de respostas. Percebemos que a primeira frase apresentada - "Para a promoção do Desenvolvimento Sustentável o Serviço Social deve estar preparado para atuar em situações de crise geradas por catástrofes naturais." - regista uma concordância total por parte de 48,9% dos inquiridos, sendo a única frase a registar um maior número de inquiridos a concordar totalmente do que a responder apenas "concordo". Nesta frase apenas 6,3% dos inquiridos não tomou posição, não existindo nenhum a discordar parcial ou totalmente.

Na segunda frase apresentada na figura IV.7 - "Para a promoção do Desenvolvimento Sustentável o Serviço Social deve apostar na prevenção e consciencialização para a adoção de estilos de vida sustentáveis." - cerca de metade dos inquiridos respondeu "concordo", 45,5% concordam totalmente e apenas 2,8% não concordam nem discordam. Apesar de ter menos respostas a concordar totalmente do que a primeira, existe uma maior percentagem de inquiridos a concordar parcial ou totalmente com a questão imposta.

3. Discussão dos resultados

Os resultados do inquérito evidenciam que a maioria dos inquiridos reconhecem que o Serviço Social pode contribuir para o Desenvolvimento Sustentável e que os objetivos da profissão estão em linha com os ODS traçados pela Agenda 2030 (ONU, 2015). Apesar destes resultados não serem generalizáveis, mostram que mais de 90% dos assistentes sociais inquiridos reconhecem que o Serviço Social e o Desenvolvimento Sustentável se cruzam (quadro IV.4), e que reveem na missão da profissão a relevância de promover um desenvolvimento que não coloque em causa os limites naturais do planeta Terra, mas antes que responda às necessidades das populações sem comprometer o futuro da humanidade.

A relação mutuamente benéfica que se pode estabelecer entre o Serviço Social e o Desenvolvimento Sustentável parece ser reconhecida pelos profissionais que responderam ao inquérito, mas a operacionalização da sustentabilidade implica uma visão holística que integre as dimensões social, económica e ambiental (Giddings, Hopwood & O'Brien, 2002). Nesse seguimento, é interessante observar as respostas dadas à pergunta sobre a importância dada a essas mesmas dimensões durante a ação profissional (representadas na figura IV.5), cuja análise constata que essa importância não surge igualmente repartida. A dimensão social é aquela a que os profissionais dão maior relevância, seguindo-se a económica e da ambiental, resultado este que está em consonância com o da questão anterior, onde se concluiu que os ODS mais frequentemente utilizados pelos inquiridos são os sociais (quadro IV.5). O maior enfoque dado à dimensão social pelos assistentes sociais não implica que não façam uma boa integração das três dimensões durante a intervenção. Efetivamente, segundo Rocha (2015), os assistentes sociais são profissionais intrinsecamente ligados à dimensão social, mas isso não implica que não enquadrem na sua intervenção as restantes dimensões.

O facto de a dimensão ambiental ser aquela a que os assistentes sociais atribuem menor importância (figura IV.5) e de os ODS ambientais serem os menos frequentemente utilizados na ação profissional (quadro IV.5) indica que, apesar de existir já algum grau de comprometimento dos inquiridos com essa dimensão, é nela onde se observam os menores níveis de relevância atribuídos pelos profissionais. Este resultado poderá estar relacionado com a dificuldade na operacionalização de uma prática que promova estilos de vida sustentáveis e tenha em conta as questões ambientais em Serviço Social. Tal dificuldade pode advir do facto de a produção científica sobre o tema ser ainda escassa, iniciando-se apenas nos anos 70 e tendo uma maior exploração nas últimas décadas (Krings et al., 2018).

Poderá também estar relacionada com o facto de a maior parte dos currículos em Serviço Social não integrarem ainda uma componente que aborde as questões relacionadas com o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente no que concerne às questões ambientais, não dando competências e instrumentos aos profissionais para promoverem práticas que gerem processos de mudança em direção a um mundo mais sustentável (Teixeira & Krings, 2015; Jones, 2018). Considera-se, por isso, ser necessário um maior investimento tanto na investigação como na formação sobre Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável.

Existe, segundo Griggs et al. (2017), uma tendência de determinadas organizações e atividades profissionais se focarem em determinados ODS por estarem mais em linha com a sua missão. Em Serviço Social, a maior importância dada à dimensão social (figura IV.5) e a maior frequência de utilização dos ODS sociais (quadro IV.5) pode ser justificada por esses estarem ligados de forma mais direta aos princípios e valores da profissão. No entanto, é sempre necessário ter presente que a estratégia traçada pela Agenda 2030 tem um âmbito global, sendo fundamental considerar que a prossecução de apenas alguns dos objetivos não gera um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, podendo até existir relações negativas entre os objetivos. Deste modo, torna-se necessário perceber, em exploração futura, se a primazia dada à dimensão social causa desequilíbrios com as dimensões económica e, em especial, com a ambiental, que tem os níveis mais baixos de frequência de utilização e importância dada.

A Agenda 2030 e os objetivos que a compõem criaram um quadro de referência de atuações e metas para atingir a sustentabilidade e, assim, permitir um futuro comum. Posto isto, deverão servir como uma base para o planeamento de ações e intervenções que se interliguem não só na satisfação de necessidades, mas também na mudança efetiva de comportamentos e práticas. Nos ODS menos frequentemente utilizados pelos assistentes sociais inquiridos (figura IV.4) poderão estar oportunidades para uma intervenção que não se centre apenas na dimensão socioeconómica, mas também na dimensão ambiental. A complementaridade entre a intervenção individual, a ação comunitária e a prática política, apoiados no empowerment, na resiliência e no capital social são a chave para a promoção do Desenvolvimento Sustentável em Serviço Social (Rocha, 2015; Peeters, 2012).

Os assistentes sociais são profissionais que atuam diretamente com as consequências provocadas pelo desenvolvimento insustentável, tanto ao nível socioeconómico como ambiental (Dominelli, 2012). A figura IV.7 exhibe a existência de níveis de concordância altos quanto a ambas as afirmações aí consideradas (relacionadas com a prevenção e atuação em

crise), o que revela que os profissionais inquiridos reconhecem a importância tanto da adoção de uma perspectiva preventiva como de uma atuação eficaz em momentos de crise causados por problemas ambientais. Estando na primeira linha de combate a esses problemas, os profissionais devem estar preparados para adotar uma intervenção que não seja apenas remediativa e de atuação em momentos de crise potencialmente despoletados pelos efeitos das alterações climáticas, mas também que, anteriormente a isso e de forma contínua na sua ação, previna, prepare e promova uma atuação mitigadora do aquecimento global, que reduza a poluição dos oceanos e que fomente a sustentabilidade a todos os níveis. Para tal, é essencial que se adote o modelo ecosocial (Rocha, 2015), reforçando a relação do indivíduo com o seu meio ambiente e criando soluções locais para problemas globais.

A concordância elevada com as questões da interdisciplinaridade e da atuação a um nível político e estrutural (figura IV.4) reforçam os pressupostos de uma atuação sustentada numa abordagem ecosocial. A menor concordância com a frase que afirma ser possível atuar tendo em vista o Desenvolvimento Sustentável em qualquer campo de intervenção (figura IV.4) mostra, por outro lado, que pode haver relutância por certos setores em desenvolver uma intervenção que promova o equilíbrio social, económico e ambiental.

Apesar de os profissionais inquiridos concordarem quase na totalidade (98,7%) que o Serviço Social pode contribuir para o Desenvolvimento Sustentável (quadro IV.4), nem todos concordam que os princípios e valores da profissão apenas possam ser postos em prática com a promoção do Desenvolvimento Sustentável (figura IV.4). Esta dicotomia revela que uma parte dos assistentes sociais inquiridos não considera que seja indispensável enveredar pelo caminho do Desenvolvimento Sustentável para a prossecução dos objetivos da profissão.

Entende-se, desta forma, que os resultados obtidos evidenciam que os assistentes sociais reconhecem a compatibilidade entre o Serviço Social e o Desenvolvimento Sustentável. Todavia, existem lacunas em associar a ação profissional desenvolvida diariamente com a operacionalização da sustentabilidade.

CONCLUSÃO

Tomando como ponto de partida toda a complexidade de que se envolve o Desenvolvimento Sustentável, percebeu-se que a sua prossecução deve envolver-se de um equilíbrio entre as dimensões social, económica e ambiental e que a Agenda 2030 traça uma estratégia simultaneamente clara e complexa nesse propósito. Para tal, todos os setores da sociedade devem fazer esforços baseados em atitudes individuais e coletivas que contribuam para a mitigação dos efeitos do desenvolvimento insustentável que tem vindo a ser regra nos últimos séculos, possibilitando a mudança para um desenvolvimento que respeite os limites naturais do planeta e propicie o bem-estar e qualidade de vida não só das gerações atuais, mas também das futuras.

Dadas as limitações encontradas ao longo do desenvolvimento do presente estudo, decorrentes não só da pandemia Covid-19 mas também dos constrangimentos decorrentes do prazo de entrega, não foi possível fazer um aprofundamento mais extensivo com uma vertente qualitativa das relações positivas e negativas que existem entre o Serviço Social e o Desenvolvimento Sustentável, nem encontrar as estratégias já utilizadas em Serviço Social com maior ou menor frequência para alcançar o Desenvolvimento Sustentável materializado em na estratégia traçada pela Agenda 2030. Posto isso, o aprofundamento destas e de outras questões ficam para exploração futura, podendo o presente estudo ser uma base que caracteriza as relações que já existem entre o Serviço Social e o Desenvolvimento Sustentável.

Ao longo do estudo foi-se percebendo que o Serviço Social e o Desenvolvimento Sustentável se cruzam em muitos aspetos e que os assistentes sociais, nas suas atividades profissionais, já contribuem para muito daquilo que são as premissas de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, nomeadamente na dimensão social com a qual estão comprometidos intrinsecamente dados os valores e princípios da profissão. Não basta, porém, que se concentrem apenas na dimensão social, sendo necessária uma visão holística e integrada sobre as questões sociais, assimilando em todas as fases da intervenção uma visão que integre também as dimensões económicas e ambientais.

Os resultados do inquérito indicam que a dimensão ambiental é aquela a que se dá menor importância em Serviço Social, no entanto, é um aspeto essencial para o Desenvolvimento Sustentável: sem a consciência de que os recursos naturais da Terra são limitados, não poderemos alcançar a sustentabilidade. A integração da dimensão social na intervenção segundo um modelo ecosocial (Rocha, 2015) representa tanto um desafio como

uma oportunidade à ação profissional dos assistentes sociais no paradigma atual. Deixa-se assim para exploração futura a razão pela qual a dimensão ambiental é aquela a que os assistentes sociais dão menor importância durante a ação profissional. Poder-se-á explorar se será por lacunas na formação, por desinteresse dos profissionais, por dificuldades na operacionalização de uma prática com uma visão multifocal (Lee, 2001), pela carga burocrática que impede a disponibilidade para o trabalho do terreno, ou por outras razões que impossibilitem pôr em prática a promoção do Desenvolvimento Sustentável no seu todo.

A oportunidade que se pode gerar se, em Serviço Social, for dada uma maior importância à dimensão ambiental prende-se com as potencialidades da profissão num trabalho de sensibilização das populações com quem intervém, com a promoção de estilos de vida saudáveis e sustentáveis para cada um, promovendo a mudança social e a qualidade de vida. Para tal, os assistentes sociais confrontam-se com o desafio da interdisciplinaridade, no qual a co-construção de soluções participadas é essencial, abre-se a perspectiva de uma intervenção preventiva e remediativa de problemas ambientais, preparada não só para atuar perante catástrofes, mas também para as evitar ao gerar soluções locais para problemas globais.

Fica também a nota de que a supervisão e avaliação do trabalho desenvolvido pode ser um importante fator para a promoção do Desenvolvimento Sustentável em Serviço Social, permitindo que não se perca o foco nos objetivos pelos quais se atua. Com as questões colocadas pelo inquérito, foi possível estimular a reflexividade dos assistentes sociais sobre questões associadas ao Desenvolvimento Sustentável, os profissionais tiveram de confrontar a sua ação profissional com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e perceber se estariam a contribuir ou não para a estratégia traçada pela ONU (2015) a atingir até 2030. Essa reflexividade deve ser promovida pois contribui para a valorização profissional de cada assistente social, mostrando a importância da produção científica e da ação profissional para a promoção dos princípios e valores que defende.

A percepção que se afigura com o presente estudo é a de que o Serviço Social não só pode contribuir para o Desenvolvimento Sustentável como já o faz em algumas situações. É apenas necessário tomar consciência de que todas as ações influenciam a forma como a sociedade progride e a lacuna que existe em Serviço Social com a reduzida importância dada à dimensão ambiental é uma oportunidade perdida nos campos de intervenção que, ao invés de gerar efeitos positivos, perpetua comportamentos e atitudes promotores de um desenvolvimento insustentável que deve ser contrariado no século XXI.

BIBLIOGRAFIA

- Addams, Jane (1910), *Twenty Years at Hull-House: With Autobiographical Notes*, New York, Macmillan.
- Amadasun, Solomon (2020), "Social work and COVID-19 pandemic: An action call", *International Social Work*, 1-4.
- Amaro, Rogério Roque (2003), "Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação: Da teoria à prática e da prática à teoria", *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 4, 35-70.
- Amaro, Maria Inês (2015), *Urgências e Emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade*, Lisboa, Universidade Católica Editora.
- APSS (2018), Código Deontológico dos Assistentes Sociais, Portugal.
- Barbier, E. B., & Burgess, J. C. (2020), "Sustainability and development after COVID-19", *World Development*, 135, 105082.
- Beck, Ulrich (1992), "From Industrial Society to the Risk Society: Questions of Survival, Social Structure and Ecological Enlightenment", *Theory, Culture & Society*, 9, 97-123.
- Besthorn, F. H. (1997), *Reconceptualizing social work's person-in-environment perspective: Explorations in radical environmental thought*, Dissertação de doutoramento em Filosofia, University of Kansas.
- Besthorn, F. H., & Canda, E. R. (2002), "Revisoning environment: Deep ecology for education and teaching in social work", *Journal of teaching in Social Work*, 22(1-2), 79-101.
- Blewitt, John (2008), *Understanding Sustainable Development*, London: Routledge.
- Boretto, Heather (2017), "A Transformative Eco-Social Model: Challenging Modernist Assumptions in Social Work", *The British Journal of Social Work*, 47(1), 48-67.
- Boretto, Hather, Bell, Karen & Kime, Karen (2018), "Holistic ecosocial work: a model for transformative change through Being, Knowing and Doing", em Rinkel, Michaela & Powers, Meredith, *Social Work Promoting Community and Environmental Sustainability: A Workbook for Global Social Workers and Educators* (Vol.2), Suíça, International Federation of Social Work (IFSW).
- Bryman, A. (2012), *Social research methods*, Nova Iorque, Oxford university press (4ª edição).

- Brundtland, G. (1987), Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future, United Nations General Assembly document A/42/427.
- Coates, J. (2003), *Ecology and social work. Toward a new paradigm*, Fernwood Publishing.
- Coates, J., Gray, M., & Hetherington, T. (2006), "An 'ecospiritual' perspective: Finally, a place for Indigenous approaches", *British Journal of Social Work*, 36(3), 381-399.
- Coates, J., & Gray, M. (2012), "The environment and social work: An overview and introduction", *International Journal of Social Welfare*, 21(3), 230-238.
- Cohen, Louis, Manion, Lawrence & Morriison, Keith (2007), *Research Methods in Education*, Nova Iorque, Routledge (6ª edição).
- Coomber, R. (1997), "Using the Internet for Survey Research", *Sociological Research Online*, vol. 2, no. 2.
- Coutinho, Clara (2015), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*, Coimbra, Almedina.
- Daly, Herman (2007), *Ecological economics and Sustainable Development: Selected essays*, New York, Edward Elgar.
- Dominelli, L. (2012), *Green social work: From environmental crises to environmental justice*, Reino Unido, Polity.
- Dominelli, Lena (2018), "Green social work in theory and practice: A new paradigm for the profession, em Dominelli", Lena (Ed.), *The Routledge handbook of green social work*, Londres/Nova Iorque, Routledge.
- Fernández, F. X. A., & Posada, X. L. (2020), "Serviço Social e sustentabilidade: A abordagem ambiental como quadro de intervenção dos assistentes sociais", *Configurações. Revista de sociologia*, (25), 154-169.
- Ferreira, Jorge (2011), "A investigação em Serviço Social: Modelos para a Compreensão da Realidade", *Intervenção Social*, 38, 99-113.
- Ferreira, Jorge, Rocha, Helena, Ferreira, Paula; Álvarez-Pérez, Pablo (2016), "Derechos humanos y justicia social en la formación de trabajo social", em Raya-Diez, Esther e Pastor Seller, Enrique (Coord.), *Trabajo Social, Derechos Humanos e Innovación Social*, Cizur Menor, Navarra: Editorial Aranzadi.

- Gray, Mel, Coates, John & Hetherington, Tiani (Eds.) (2013), *Environmental Social Work*, Londres/Nova Iorque, Routledge.
- Germain, Carrel B. (1979), *Social Work Practice: People and Environments – na Ecological Perspective*, New York, Columbia University Press.
- Giddings, Bob, Hopwood Bill & O'Brien, Geoff (2002), "Environment, economy and society: fitting them together into Sustainable Development", *Sustainable Development*, 10, 187-196.
- Gil, António Carlos (1985), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, São Paulo, Atlas.
- Goldstein, Howard, (1973), *Social Work practice: a unitary approach*, Columbia, University of South Carolina Press.
- Gore, Al (2013), *O Futuro: Seis forças que irão mudar o mundo*, Actual, Coimbra.
- Griggs, D. J., Nilsson, M., Stevance, A., & McCollum, D. (2017), "A guide to SDG interactions: from science to implementation", *International Council for Science*, Paris.
- Haughton, G. (1999), "Environmental justice and the sustainable city", *Journal of planning education and research*, 18(3), 233-243.
- Hawkins, Catherine (2010), "Sustainability, Human Rights, and Environmental Justice: Critical Connections for Contemporary Social Work", *Critical Social Work*, Vol.11 (3), 68-81.
- Healy, Lynne M., & Thomas, Rebecca L. (2020), *International social work: Professional action in an interdependent world*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Hoff, Marie & McNutt, John (Eds.) (1994), "The global environmental crisis: Implications for social welfare and social work", *The Journal of Sociology & Social Welfare*, Vol. 22 (2).
- IASSW, ICSW, IFSW (2012), "The Global Agenda For Social Work And Social Development Commitment To Action", consultado a 01.09.2020. Disponível em <https://www.ifsw.org/pt/social-work-action/the-global-agenda/>.
- IASSW, ICSW & IFSW (2016), *Global agenda for social work and social development: second report. promoting the dignity and worth of peoples*, Berna, IFSW.
- IASSW, ICSW & IFSW (2018), *The Global Agenda for Social Work and Social Development. Third report: promoting community and environmental sustainability*, Rhinefelden, IFSW.
- IASSW, ICSW, IFSW (2019), "Reflections on the Next Global Agenda: Volume 1. Contributions from IASSW, ICSW and IFSW".

- IFSW (2014a), "Global Definition of the Social Work Profession", consultado a 08.07.2020. Disponível em <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/>
- IFSW (2014b) "Globalisation and the environment", consultado a 20.06.2020. Disponível em <http://ifsw.org/policies/globalisation-and-the-environment/>
- Jayasooria, Denison (2016), "Sustainable Development goals and social work: opportunities and challenges for social work practice in Malaysia", *Journal of Human Rights and Social Work*, 1(1), 19-29.
- Jones, Peter (2018), "Greening social work education: transforming the curriculum in pursuit of eco-social justice", em Dominelli, Lena (Ed.), *The Routledge handbook of green social work*. Routledge.
- Kemp, S. P., Whittaker, J. K., & Tracy, E. M. (1997), *Person-environment practice: The social ecology of interpersonal helping*, Nova Iorque, Transaction Publishers.
- Kemp, S. P. (2011), "Recentring environment in social work practice: Necessity, opportunity, challenge", *British Journal of Social Work*, 41(6), 1198-1210.
- Kennedy, Erin (2018) "Historical trends in calls to action: climate change, pro-environmental behaviours and green social work", em Dominelli, Lena (Ed.), *The Routledge handbook of green social work*, Londres/Nova Iorque, Routledge.
- Krings, Amy, Victor, Bryan, Mathias, John, Perron, Brian (2018), "Environmental social work in the disciplinary literature, 1991–2015", *International Social Work*, 1–16.
- Leal, Filipe de Freitas (2018), *Dicionário Básico do Serviço Social – Termos Técnicos para a Intervenção Profissional*, São Paulo, GEN (3ª edição).
- Lee, Judith A. B. (2001), *The Empowerment Approach to Social Work Practice*, New York, Columbia University Press.
- Lombard, Antoinette (2015), "Global agenda for social work and social development: A path toward sustainable social work", *Social Work*, 51(4), 482-499.
- Marcondes, Danilo (2007), *Textos básicos de ética: De Platão a Foucault*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Matthies, Aila-Leena, Närhi, Kati, & Ward, Dave (2001), *The eco-social approach in social work*, Jyväskylä, Sophi.

- Meadows, D., Randers, J. and Meadows, D. (2005), *Limits to Growth: The 30-Year Update*, Earthscan, London.
- Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J. and Behrens, W. (1972) *The Limits to Growth: A Report to The Club of Rome*, New York, Universe Books.
- Närhi, K. (2004), The eco-social approach in social work and the challenges to the expertise of social work (No. 243), Finlândia, Universidade of Jyväskylä.
- Närhi, K., & Matthies, A. L. (2016), "The ecosocial approach in social work as a framework for structural social work". *International, Social Work*, 61(4), 490-502.
- Neuman, W. Lawrence (2014), *Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches*, Edimburgo, Pearson Education Limited (7ª edição).
- Organização das Nações Unidas (1972), *Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano*, Estocolmo.
- Organização das Nações Unidas (2015) *Transformar o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.
- Payne, Malcom (2005) "Systems and Ecological Models", em Payne, Malcom, *Modern Social Work Theory*, Londres , Palgrave (3ª edição).
- Peeters, Jef (2012), "Social work and Sustainable Development: towards a social–ecological practice model", *Journal of Social Intervention: Theory and Practice*, 21(3), 5-26.
- Pinto, Carla (2014), "Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: Missões Entrecruzadas", em Carvalho, Maria Irene de e Pinto, Carla (Coord.), *Serviço Social - Teorias e Práticas*, Lisboa, Pactor.
- Reid, Walter, Mooney, Harold & Cropper, A, Capistrano, D, Carpenter, Stephen, Chopra, Kartik. (2005), *Millennium Ecosystem Assessment, Ecosystems and human well-being: synthesis*.
- Richmond, Mary (1917), *Diagnóstico Social*, Lisboa, Instituto de Higiene Dr. Ricardo Jorge
- Rinkel, Michaela & Powers, Meredith (2019) *Social Work Promoting Community and Environmental Sustainability: A Workbook for Global Social Workers and Educators (Vol.3)*, Suíça, International Federation of Social Work (IFSW).

- Roberts, Caroline (2010), "Measuring Social Attitudes", em Blumer, Martin, Gibbs, Julie & Hyman, *Social Measurement through Social Surveys: An Applied Approach*, MPG Books Group, UK.
- Rocha, Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço (2015), *Serviço Social e ambiente: a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis*, Tese de doutoramento em Serviço Social, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Iscte.
- Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin III, F. S., Lambin, E., ... & Nykvist, B. (2009), "Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity", *Ecology and society*, 14(2).
- Sachs, Jeffrey (2015) *A Era do Desenvolvimento Sustentável*, Lisboa, ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.
- Schmitz, Cathryne L., Stinson, Christine H., & James, Channelle D. (2010), "Community and Environmental Sustainability", *Critical Social Work*, 11(3), 83-100.
- Sen, Amartya (2009), *A ideia de justiça*, São Paulo, Editora Companhia das Letras.
- Silva, Augusto Santos (2017), "Agir na globalização: condições e orientações da ação coletiva", *Sociologia, Problemas e Práticas*, (84), 121-138.
- Siporin, Max (1980), "Ecological systems theory in social work", *J. Soc. & Soc. Welfare*, 7, 507.
- Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Cornell, S.E., Fetzer, I., Bennett, E.M., Biggs, R., Carpenter, S.R., De Vries, W., De Wit, C.A. and Folke, C. (2015), "Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet", *Science*, 347(6223).
- Stiglitz, Joseph (2006), *Making Globalization Work*, Nova Iorque, W W. Norton & Company.
- Teixeira, S., & Krings, A. (2015), "Sustainable social work: An environmental justice framework for social work education", *Social Work Education*, 34(5), 513-527.

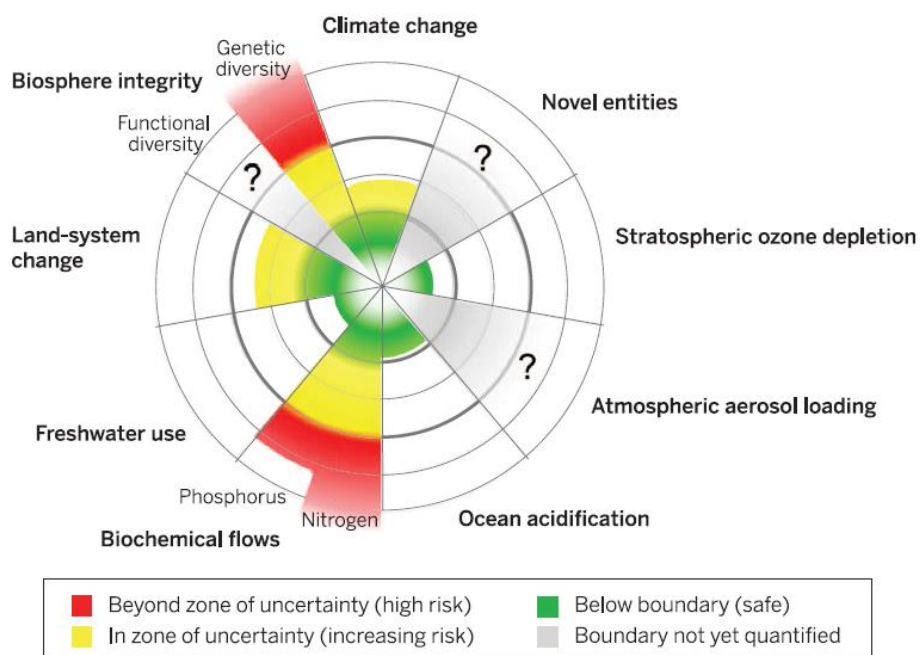
ANEXOS

Anexo A - Principais marcos na área do Desenvolvimento Sustentável impulsionados pela ONU.

1972	Conferência de Estocolmo - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano	Primeira grande reunião com os líderes mundiais organizada pela ONU para discutir questões relacionadas com a degradação do meio ambiente
1987	Publicação do Relatório de Brundtland " <i>Our Common Future</i> " pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	Relatório que discute a importância de adotar um modelo de Desenvolvimento Sustentável.
1992	ECO-92/Cúpula da Terra - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	Conferência com o objetivo de debater os problemas ambientais mundiais. Culmina na ratificação de: Declaração de Rio, "Carta da Terra"; Declaração de Princípios sobre Florestas; Convenção sobre Diversidade Biológica; Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima; Agenda 21
1997	Protocolo de Quioto	Tratado internacional com compromissos para a redução da emissão dos gases que produzem o efeito estufa.
2000	Declaração do Milênio da ONU - Cúpula do Milênio das Nações Unidas	Declaração na qual os Estados membros da ONU se comprometeram com 8 objetivos (ODM -Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) a cumprir até 2015.
2002	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Joanesburgo, África do Sul	Conferência com o objetivo de discutir soluções já propostas na Agenda 21 para que pudessem ser aplicadas não só pelos Estados, mas também pela sociedade civil.
2012	Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	Conferência com o objetivo de discutir a renovação do compromisso político com o Desenvolvimento Sustentável.
2015	Acordo de Paris - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima	Rege medidas de redução de emissão de gases estufa a partir de 2020, de modo a conter o aquecimento global abaixo de 2 °C
2015	Cúpula de Desenvolvimento Sustentável	Todos os países da ONU definiram os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com prazo para 2030 - Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Adaptado de <https://sustainabledevelopment.un.org/conferences> (Sustainable Development Goals Knowledge Platform)

Anexo B – Os Limites Planetários



Fonte: Steffen et al. (2015)

Anexo C – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: ONU Brasil (<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>)

Anexo D – Tradição Ecológica em Serviço Social segundo Matthies & Närhi (2001:38)

Time	Addams Urban ecology Community work	Richmond Holistic person-in- environment thinking	Finnish discussion
1880-1940 beginning of the industrialisation			Waris (1932, 1934)
1950- 1960 enlightenment, positivism, emphasising natural sciences, on the other hand the development of the new environmental conscience	Eco-critical approach Systems theoretical thinking		(discussion stopped due to the con- struction of the welfare state, see Massa 1992)
1970 - 1980 alternative movements and radicalism	"Alternative move- ment, ecology and social work (1981)	Pincus & Minahan (1973), Goldstein (1973) Siporin (1975) Germain & Gitterman (1980) Wendt (1982) Meyer (1983)	Riihinen (1972) Koskiahho (1972, 1974)
1985 - risk society discussions	Opielka (1984, 1985) Beck (1986, 1988) Blanke & Sachsse (1987), Opielka & Ostner (1987) Puch (1988)	Mühlum (1986)	Matthies (1987)
1990s late modern society, discussion of contingency, ambivalence, segregation etc.	Hoff & McNutt et al. (1994)	Wendt (1990) Germain (1991) Meyer (1995)	Matthies (1990) Massa (1990, 1992, 1993) Matthies (1993) Koskiahho (1995, 1997) Järvelä (1996) Massa (1998) Matthies & Närhi (1998)
	Convergence of different perspectives		

Fonte: Matthies & Närhi (2001:38)

Anexo E – Inquérito: Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável

Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável

* Obrigatório

Secção I

Consentimento Informado

1. O presente questionário insere-se num estudo realizado no âmbito de uma Dissertação de Mestrado em Serviço Social com o objetivo de compreender de que forma é que o Serviço Social contribui para o Desenvolvimento Sustentável através da prossecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável traçados pela Agenda 2030.

Espera-se com o presente estudo contribuir para a definição dos contributos que o Serviço Social pode gerar na sociedade ao contribuir para o Desenvolvimento Sustentável através da integração de dimensões sociais, económicas e ambientais na sua ação profissional.

Vimos assim pedir a sua colaboração dispensando-nos alguns minutos para responder. A sua participação é voluntária e poderá desistir a qualquer momento. Sublinhamos que não há respostas certas ou erradas, interessando-nos apenas conhecer a sua opinião.

No respeito pelas normas éticas de investigação, o questionário é anónimo e salvaguardaremos a confidencialidade das respostas.

Agradecemos desde já a sua participação. *

- (1) Declaro que aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Rita Luís (Aluna do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa), orientado pela Professora Doutora Helena Belchior Rocha (Professora do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa), no âmbito da Dissertação de Mestrado em Serviço Social.

Secção II

2. Está atualmente a exercer a sua atividade profissional enquanto assistente social?

(1) Sim

(0) Não

Secção III

3. Qual a sua formação base? *

4. Em que setor de intervenção exerce a sua atividade profissional enquanto assistente social atualmente? *

- (1) Segurança social
- (2) Saúde
- (3) Educação
- (4) Trabalho
- (5) Habitação
- (6) Justiça
- (7) Ação social
- (8) Desenvolvimento social e sustentável
- (9) Outro

5. Já exerceu a sua atividade profissional enquanto assistente social noutros setores de intervenção? *

- (1) Sim
- (0) Não

6. Há quanto tempo exerce a sua atividade profissional enquanto assistente social? *

- (1) 0 a 5 anos
- (2) 5 a 15 anos
- (3) Mais de 15 anos

Secção IV

7. Considera que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estão em linha com objetivos do Serviço Social como profissão e disciplina científica? *

- (1) Sim
- (0) Não

8. Considera que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estão em linha com objetivos do Serviço Social como profissão e disciplina científica? *

(1) Sim

(0) Não

9. Pedimos que marque no quadro abaixo a frequência com que trabalha em prol de cada um dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) na sua ação profissional enquanto assistente social. *

Objetivo 1: Erradicar a pobreza

(1) Nunca

(2) Raramente

(3) Ocasionalmente

(4) Frequentemente

(5) Muito frequentemente

Objetivo 2: Erradicar a fome

(1) Nunca

(2) Raramente

(3) Ocasionalmente

(4) Frequentemente

(5) Muito frequentemente

Objetivo 3: Saúde de qualidade

(1) Nunca

(2) Raramente

(3) Ocasionalmente

(4) Frequentemente

(5) Muito frequentemente

Objetivo 4: Educação de qualidade

(1) Nunca

(2) Raramente

(3) Ocasionalmente

(4) Frequentemente

(5) Muito frequentemente

Objetivo 5: Igualdade de gênero

(1) Nunca

(2) Raramente

(3) Ocasionalmente

(4) Frequentemente

(5) Muito frequentemente

Objetivo 6: Água potável e saneamento

(1) Nunca

(2) Raramente

(3) Ocasionalmente

(4) Frequentemente

(5) Muito frequentemente

Objetivo 7: Energias renováveis e acessíveis

- (1) Nunca
- (2) Raramente
- (3) Ocasionalmente
- (4) Frequentemente
- (5) Muito frequentemente

Objetivo 8: Trabalho digno e crescimento económico

- (1) Nunca
- (2) Raramente
- (3) Ocasionalmente
- (4) Frequentemente
- (5) Muito frequentemente

Objetivo 9: Indústria, inovação e infraestruturas

- (1) Nunca
- (2) Raramente
- (3) Ocasionalmente
- (4) Frequentemente
- (5) Muito frequentemente

Objetivo 10: Reduzir as desigualdades

- (1) Nunca
- (2) Raramente
- (3) Ocasionalmente
- (4) Frequentemente
- (5) Muito frequentemente

Objetivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis

- (1) Nunca
- (2) Raramente
- (3) Ocasionalmente
- (4) Frequentemente
- (5) Muito frequentemente

Objetivo 12: Produção e Consumo Sustentáveis

- (1) Nunca
- (2) Raramente
- (3) Ocasionalmente
- (4) Frequentemente
- (5) Muito frequentemente

Objetivo 13: Ação Climática

- (1) Nunca
- (2) Raramente
- (3) Ocasionalmente
- (4) Frequentemente

(5) Muito frequentemente

Objetivo 14: Proteger a Vida Marinha

- (1) Nunca
- (2) Raramente
- (3) Ocasionalmente
- (4) Frequentemente
- (5) Muito frequentemente

Objetivo 15: Proteger a Vida Terrestre

- (1) Nunca
- (2) Raramente
- (3) Ocasionalmente
- (4) Frequentemente
- (5) Muito frequentemente

Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

- (1) Nunca
- (2) Raramente
- (3) Ocasionalmente
- (4) Frequentemente
- (5) Muito frequentemente

Objetivo 17: Parcerias para a Implementação dos Objetivos

- (1) Nunca
- (2) Raramente
- (3) Ocasionalmente
- (4) Frequentemente
- (5) Muito frequentemente

10. Qual a importância que dá a cada uma das dimensões referidas abaixo na sua ação profissional enquanto assistente social? *

Dimensão Social

- (1) Nada importante
- (2) Pouco importante
- (3) Moderadamente importante
- (4) Importante
- (5) Muito importante

Dimensão Económica

- (1) Nada importante
- (2) Pouco importante
- (3) Moderadamente importante
- (4) Importante

(5) Muito importante

Dimensão Ambiental

- (1) Nada importante
- (2) Pouco importante
- (3) Moderadamente importante
- (4) Importante
- (5) Muito importante

11. Selecione no quadro abaixo em que medida concorda com as frases citadas. *

"O Serviço Social está comprometido com princípios e valores que apenas podem ser postos em prática com a promoção do Desenvolvimento Sustentável"

- (1) Discordo plenamente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo plenamente

"A participação do Serviço Social na promoção do Desenvolvimento Sustentável deve ser feita de maneira interdisciplinar e colaborativa."

- (1) Discordo plenamente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo plenamente

"A promoção do Desenvolvimento Sustentável pode ser feita por qualquer assistente social em qualquer campo de intervenção."

- (1) Discordo plenamente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo plenamente

"Os assistentes sociais devem levar a cabo uma intervenção que inclua uma dimensão política e estrutural que denuncie os problemas sociais gerados por questões ambientais."

- (1) Discordo plenamente

- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo plenamente

"Para a promoção do Desenvolvimento Sustentável o Serviço Social deve estar preparado para atuar em situações de crise geradas por catástrofes naturais."

- (1) Discordo plenamente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo plenamente

"Para a promoção do Desenvolvimento Sustentável o Serviço Social deve apostar na prevenção e consciencialização para a adoção de estilos de vida sustentáveis."

- (1) Discordo plenamente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo plenamente

Secção V

12. Estaria disponível para responder a uma entrevista no âmbito deste estudo?

- (1) Sim
- (0) Não

13. Em caso afirmativo, deixe-nos o seu email para contacto.
